



Anais da Assembléia

Nº 77

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE JUNHO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademair Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 60.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Élio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Costenaro Neto, Caíto Quintana, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Edson Silva Lino, Emilia Belinato, Namir Piacentini, Nilton Servo e Renato Adur (09). - Achando-se em licença o Senhor Deputado Heinz Herwig (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagens:

MENSAGEM 052/94

Curitiba, 13 de junho de 1994.
 Senhor Presidente.

Dando cumprimento ao disposto nos artigos 30 e 31 da Lei Estadual nº 10.394 de 15 de julho de 1993 e no artigo 8º da Lei Estadual nº 10.699 de 29 de dezembro de 1993, comunico que procedemos a quarta correção dos Orçamentos Fiscal, Próprio da

Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

O índice estabelecido para quarta correção foi de 35%, em função do disposto no parágrafo 2º do artigo 31 da Lei Estadual nº 10.394 de 15 de julho de 1993.

O Orçamento Geral do Estado passou a ter a composição apresentada a seguir, observando que foram estabelecidas as regras estatísticas de arredondamentos.

Em CR\$ 1.000

- Orçamento Fiscal.....	3.451.571.299
- Orçamento Próprio da Administração Indireta(exclusiva as transferências do Tesouro	1.335.278.730
- Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista (exclusive as transferências do Tesouro)	600.434.195

TOTAL GERAL 5.387.284.224

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as expressões de estima e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 053/94

Curitiba, 14 de junho de 1994.
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir o Conselho Estadual de Saúde do Paraná, a que se refere o art. 169, inciso III, da Constituição Estadual.

A medida ora proposta consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Saúde visando, na forma do mencionado dispositivo constitucional, dotar a Administração Pública de mecanismo capaz de ensejar o adequado acompanhamento e avaliação da política estadual de saúde, de acordo com as diretrizes formuladas pela Conferência Estadual de Saúde e definidas pelo Governo do Estado, assim como controle e avaliação do Sistema Único de Saúde - SUS, na esfera estadual.

Deste forma, o plano de lei aqui proposto confere ao aludido Conselho atribuições bem definidas e plenamente compatíveis com a área das atividades que irá desenvolver.

Quanto à estrutura do colegiado em questão, a medida procura organizá-la de forma a garantir a participação de representantes dos órgãos públicos, de prestadores de serviços e profissionais de saúde, assim como de representantes de usuários dos serviços de saúde, obedecendo, desta forma, as disposições constitucionais expressas no mencionado art. 169, inciso III, da Carta Estadual.

Portanto, a proposição ora formulada, a par de outras medidas administrativas que vierem a ser oportunamente adotadas, certamente instrumentalizarão o Estado com os mecanismos necessários com vistas à solução de um dos problemas sociais que mais aflinge as autoridades administrativas do Estado e que diz respeito à saúde do povo paranaense.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR a que se refere o inciso III, do artigo 169, da Constituição Estadual, órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e fiscal.

Art. 2º - Ao Conselho Estadual de Saúde do Paraná compete:

I - o acompanhamento e a avaliação da política estadual de saúde, de acordo com as diretrizes formuladas pela Conferência Estadual de Saúde e definidas pelo Governo do Estado;

II - o acompanhamento, o controle e a avaliação do Sistema Único de Saúde - SUS, na esfera estadual;

III - o estabelecimento de critérios para a expansão da rede de serviços de saúde, observando-se as diretrizes gerais da política estadual de saúde;

IV - o estabelecimento de estratégias a serem observadas na elaboração dos planos de saúde na esfera estadual e municipal, em função das características epidemiológicas e de organização dos serviços;

V - a definição de estratégias para a política de recursos humanos a serem observadas pelas instituições integrantes do SUS;

VI - a elaboração de estratégias que subsidiem a política estadual de desenvolvimento científico, tecnológico e educacional na área de saúde, e o acompanhamento às instituições públicas, produtoras de insumos medicamentosos, imunobiológicos e

outros de interesse para a saúde;

VII - o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização da política estadual de saúde do trabalhador, inclusive nos aspectos referentes às condições de trabalho e da salubridade;

VIII - a atuação na integração das diretrizes do planejamento das ações de saúde, com as diretrizes do planejamento nas áreas de meio ambiente e de abastecimento, particularmente nos aspectos referentes a saneamento básico, controle de poluição ambiental, controle de endemias, normatização e controle sobre a produção e comercialização de alimentos, medicamentos e domissanitários tais como inseticidas domésticos, raticidas, detergentes e desinfetantes;

IX - a aprovação do Plano Estadual de Saúde e a fiscalização da gestão dos recursos financeiros aplicados na área da saúde no Estado do Paraná;

X - a fiscalização dos recursos do Fundo Estadual de Saúde;

XI - a atuação como canal de discussões, de sugestões, de queixas e de denúncias sobre ações ou omissões de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadores de serviços na área de saúde, procedimento a análise e conseqüente emissão de pareceres e resoluções que se fizeram necessários.

XII - a manutenção de permanente relacionamento com os Conselhos Municipais de Saúde no Estado e com o Conselho Nacional de Saúde, visando a integração no gerenciamento do SUS;

XIII - a convocação extraordinária da Conferência Estadual de Saúde, quando se fizer necessária;

XIV - o desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Saúde do Paraná é composto por representação partidária na proporção de 50% (cinquenta por cento) de representantes de órgãos públicos, de prestadores de serviços e de profissionais de saúde e de 50% (cinquenta por cento) de representantes de usuários de serviços de saúde:

a) Representantes dos órgãos públicos, prestadores de serviço e profissionais de saúde:

I - O Secretário de Estado da Saúde;

II - um (01) representante da Secretaria de Estado da Saúde ou de sua entidade vinculada;

III - um (01) representante do Ministério da Saúde no Paraná;

IV - um (01) representante das Secretarias Municipais de Saúde;

V - um (01) representante dos Estabelecimentos de Ensino Superior na área de Ciência da Saúde;

VI - um (01) representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente;

VII - um (01) representante da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social;

VIII - um (01) representante indicado pelas entidades vinculadas à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, que possuam setores de atuação ou formação na área de saúde;

IX - um (01) representante da Secretaria de Estado da Educação;

X - um (01) representante indicado pelas entidades representativas dos odontólogos no Estado do Paraná;

XI - um (01) representante indicado pelas entidades representativas dos médicos no Estado do Paraná;

XII - um (01) representante indicado pelas entidades representativas dos enfermeiros no Estado do Paraná;

XIII - um (01) representante indicado pelas entidades representativas dos farmacêuticos e bioquímicos no Estado do Paraná;

XIV - um (01) representante indicado pelas entidades estaduais representativas de outros profissionais na área de saúde;

XV - um (01) representante das entidades que representem os trabalhadores de saúde nos serviços públicos do Estado do Paraná;

XVI - um (01) representante da entidade representativa dos trabalhadores nos estabelecimentos privados de saúde no Estado do Paraná;

XVII - um (01) representante dos estabelecimentos de saúde filantrópicos no Estado do Paraná, vinculados ao SUS;

XVIII - um (01) representante dos estabelecimentos de serviços de saúde privados no Estado do Paraná, vinculados ao SUS;

b) Representantes de usuários dos serviços de saúde;

I - um (01) representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná;

II - um (01) representante da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná;

III - um (01) representante da Federação dos Trabalhadores do Comércio no Estado do Paraná;

IV - um (01) representante de associações ou entidades de aposentados e de pensionistas no Estado do Paraná;

V - dois (02) representantes das associações ou entidades de moradores de âmbito estadual;

VI - três (03) representantes das Centrais Sindicais com atuação no Estado do Paraná;

VII - um (01) representante da Federa-

ção das Indústrias do Estado do Paraná;

VIII - um (01) representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná;

IX - um (01) representante da Federação do Comércio do Estado do Paraná;

X - um (01) representante do Conselho Estadual da Condição Feminina;

XI - um (01) representante das instituições existentes no Estado do Paraná, que se destinem à proteção da criança;

XII - quatro (04) representantes das entidades existentes no Estado do Paraná, que se destinem à proteção e assistência a portadores de deficiências e de doenças crônicas.

§ 1º - Os membros do CES/PR, indicados formalmente pelos respectivos conjuntos ou entidades que o compõem, serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná, podendo este delegá-las ao Secretário de Estado da Saúde, na qualidade de presidente do CES/PR.

§ 2º - Os Órgãos, entidades e demais instituições, a que se refere este artigo, indicarão um membro titular e um suplente, podendo propor a qualquer tempo a substituição dos seus respectivos representantes, tendo o Secretário de Estado da Saúde o prazo máximo de 30 (trinta) dias para publicar a nomeação dos substitutos.

§ 3º - O Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Paraná será o Secretário de Estado da Saúde, sendo substituído em suas faltas e impedimentos pelo Diretor Geral daquele órgão.

§ 4º - As funções de membro do CES não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevantes serviços prestados à preservação da saúde da população.

Art. 4º - O CES reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente, ou por solicitação da maioria absoluta dos seus membros.

§ 1º - As sessões plenárias do CES instalar-se-ão com a presença da maioria absoluta dos seus membros;

§ 2º - Cada membro titular terá direito a um voto, cabendo ao Presidente além do voto singular o de qualidade, bem como a prerrogativa de deliberar "ad referendum" do plenário, conforme disposição regimental.

§ 3º - Será substituída a entidade, instituição ou órgão que compõe o CES/PR, cujo representante, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões seguidas ou a seis intercaladas, no período de um ano.

Art. 5º - O CES contará com um Secretário Executivo indicado pelo Secretário de Estado da Saúde, referendado pelo CES/PR, cabendo ao Presidente do Conselho

a sua nomeação.

Art. 6º - A Secretaria de Estado da Saúde propiciará o necessário apoio técnico e administrativo para o bom funcionamento do CES/PR.

Art. 7º - A organização e o funcionamento do Conselho serão disciplinados em Regimento Interno, a ser aprovado por maioria absoluta de seus membros, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua instalação.

Art. 8º - Caberá ao gestor estadual do Sistema Único de Saúde - Secretaria de Estado da Saúde, a responsabilidade de convocar e instalar o plenário do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da data de aprovação do ato de nomeação das instituições e de seus respectivos representantes.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 054/94

Curitiba, 14 de junho de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 7.030.000.000,00 (sete bilhões e trinta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com a programação da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM.

Esclareço também que os recursos para

a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 7.030.000.000,00 (sete bilhões e trinta milhões de cruzeiros reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por Decreto do Governador, os ajustes relativos à correção prevista na Lei Estadual nº 10.699/93, bem como a conversão para o Real, conforme Plano de Estabilização Econômica, dos valores orçamentários objetos desta lei, no caso de sua aprovação e/ou publicação ocorrer após o dia 1º de julho do corrente exercício.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		VALOR	
DA DESPESA		ANEXO		CR\$ 1.000,00	
INDICADOR	ESPECIFICAÇÃO	INABREXAT	ELI	VALOR	INBOI
		DESPESA	TR		TR
4100	SECRETARIA DE ESTADO DO				
	DESENVOLVIMENTO URBANO				
4100	CABINETE DO SECRETARIO				
	ENTIDADES VINCULADAS				
4659	PROGRAMAÇÃO A CARDO DA SUCEAM	0041.0010011		1.401.754	106021
		4011.0110011		5.600.246	106021
TOTAL				7.030.000	

CANCELAMENTO
DA DESPESA

ANEXO IV

FL. 00

CR\$ 1.000,00

ANEXO

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA	DA	FT	VALOR	IN. DO
		DESPESA	IRI			ICOP
4200	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I	I		I
	DESENVOLVIMENTO URBANO	I	I	I		I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I	I	I		I
		I	I	I		I
4200	COORDENACAO DA REGIAO	I	I	I		I
	METROPOLITANA DE CURITIBA COMECI	I	I	I		I
4122	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA A	I	I	I		I
	REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA	I	I	I		I
	PIRHC	I	4130.00	ICORI	7.030.000	I3682
TOTAL					7.030.000	I

ACRESCIMO
DA RECEITA

ANEXO V

FL. 01

CR\$ 1.000,00

ANEXO

CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO		
	CENTRALIZADO		
1113.02.00	Imposto s/ Operacoes Relativas a Circul.		
	de Mercadorias e s/ Operacao de Servicos		
	de Transporte Interestadual e Intermun.		
	de Comunicacao	00	7.030.000
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	SUPERINTENDENCIA DO CONTROLE DA EROSAO E		
	SANEAMENTO AMBIENTAL - SUCEAM		
1712.49.00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00	1.421.754
2412.49.00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00	5.608.246

REDUCAO
DA RECEITA

ANEXO VI

FL. 01

CR\$ 1.000,00

ANEXO

CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO		
	CENTRALIZADO		
2119.02.00	Operacao de Credito Internas-Vinculadas	20	7.030.000
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE		
	CURITIBA - COMEC		
2412.20.00	Operacoes de Credito Internas-Vinculadas	20	7.030.000

MENSAGEM Nº 055/94

Curitiba, 14 de junho de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 12.141.750.000,00 (doze bilhões, cento e quarenta e um milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com transferência a municípios.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de

29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 12.141.750.000,00 (doze bilhões, cento e quarenta e um milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por Decreto do Governador, os ajustes relativos à correção prevista na Lei Estadual nº 10.699/93, bem como a conversão para o Real, conforme Plano de Estabilização Econômica, dos valores orçamentários objetos desta lei, no caso de sua aprovação e/ou publicação ocorrer após o dia 1º de julho do corrente exercício.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO
DA RECEITA ANEXO

A N E X O

R\$ 1.000,00

CLASSIFICACAO	COEFICIENTE	NATUREZA	VALOR	TH. DO
		TR		ICRQC
		IRI		ICOP
4100 SECRETARIA DE ESTADO DO				
DESENVOLVIMENTO URBANO				
4100 DEBENITE DO SECRETARIO				
IDENTIFICACAO VINCULADA				
4100 PROGRAMACAO A CARGO DA FAMPAR			4 450.000	13681
4100 DIRETORIA GERAL				
4200 GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA				
ADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA				
ICEDU			7 421.750	13681
TOTAL			12.141.750	I

CANCELAMENTO

A N E X O

I V

FL 04

DA DESPESA ANEXO

CRD 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA		VALOR	IN DO
		DA	FTDI		
		DESPESA	TR		ICOP
4100	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	X	X X X		X
		I	I I I		I
		I	I I I		I
4100	CABINETE DO SECRETARIO ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
		I	I I I		I
0001	PROGRAMACAO A CARGO DA COMEC	I 4011.011201LI		7.491.750	13681
		I 4011.011201RI		4.450.000	13681
		X X X X			X
		T O T A L	I	10.141.750	I

CANCELAMENTO

A N E X O

I V

FL 02

DA DESPESA ANEXO

CRD 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA		VALOR	IN DO
		DA	FTDI		
		DESPESA	TR		ICOP
4000	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO ENTIDADES VINCULADAS	X	X X X		X
		I	I I I		I
		I	I I I		I
		I	I I I		I
4000	INSTITUTO DE ASSISTENCIA AOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA PLANEPAR	I	I I I		I
		I	I I I		I
0500	ASSISTENCIA TECNICA EM DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	I 4130.001201LI		4.450.000	13681
		X X X X			X
		T O T A L	I	4.450.000	I

CANCELAMENTO

A N E X O

I V

FL 02

DA DESPESA ANEXO

CRD 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA		VALOR	IN DO
		DA	FTDI		
		DESPESA	TR		ICOP
4200	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO ENTIDADES VINCULADAS	X	X X X		X
		I	I I I		I
		I	I I I		I
		I	I I I		I
4200	COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA COMECT	I	I I I		I
		I	I I I		I
4400	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA A REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA FIRHC	I 4130.001201LI		7.491.750	13681
		I 4130.001201RI		4.450.000	13681
		X X X X			X
		T O T A L	I	10.141.750	I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO V	FL. 01
		ANEXO	CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO		
1113.02.00	Imposto s/ Operacoes Relativas a Circu- lacao de Mercadorias e s/ Prestacao de Servicos de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicacao	00	12.141.750
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	INSTITUTO DE ASSISTENCIA AOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA		
12412.49.00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00	4.450.000

REDUCAO DA RECEITA		ANEXO VI	FL. 01
		ANEXO	CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO		
12119.02.00	Operacoes de Credito Internas - Vinculadas	20	12.141.750
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC		
12412.20.00	Operacoes de Credito Internas - Vinculadas	20	12.141.750

A Diretoria Legislativa.

Offícios:

Sob o nº ATCC 6983/94, do Senhor Luís Gastão Franco de Carvalho - Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações solicitado pelo Deputado José Arthur Ritti, ao Secretário de Estado da Administração, pedindo esclarecimento sobre "O Médico Luciano Dias de Oliveira Reis". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº 1.718/94-GS/SEED, do Senhor Olivir Gabardo - Secretário de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações solicitado pelo Deputado Algaci Túlio, pedindo esclarecimentos sobre "Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar irregularidades na Escola Estadual Arthur Ribeiro de Macedo, nesta capital". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado**

Interessado.

Sob o nº 584/94, do Senhor Rolf Koerner Júnior - Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "O trabalho efetuado pela comissão examinadora, que procedeu exame das condições em que foi entregue ao corpo de bombeiros uma central de PABX-BATIK". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado Interessado.**

Sob o nº 40/110/94, do Sr. Antonio Ermírio de Moraes - Presidente da Companhia Brasileira de Alumínio, que em cumprimento ao artigo 209 da Constituição Estadual, vem solicitar a esta augusta Casa de Leis, a aprovação da construção da Hidrelétrica de Tijuco Alto a ser implantada nos municípios de Adrianópolis e Cerro Azul, neste

Estado, conforme Decreto Federal de Concessão n° 96.746, de 21.09.88. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° DTL/SAT/162/94, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei n°:

169/94: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 829.572.000,00 (oitocentos e vinte e nove milhões, quinhentos e setenta e dois mil cruzeiros reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.833. **Anote-se - Arquive-se.**

Sob os n°s. DTL/SAT/159, 160 e 161/94, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente os Projetos de Lei n°s.:

020/94: De autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

341/93: De autoria do Deputado Antônio Annibelli, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

401/93: De autoria do Deputado Neivo Beraldin, que visa alterar o art. 58, da Lei n° 10.219/92. Tal medida, embora tenha sido proposta pelo Poder Executivo, através da Mensagem n° 041/93, não mereceu acolhimento por total falta de objeto, tendo em vista que o dispositivo, cuja alteração era pretendida, foi revogado pela Lei n° 10.464, de 05 de outubro de 1993. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de interstício para a realização de sessão plenária após a presente sessão, para a apreciação da matéria que dispõe sobre a criação da COPAGÁS, correspondente a Mensagem Governamental n° 027/94, que está em pauta na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoiamento: Carlos Simões, Geraldo Cartário, Djalma de Almeida César, Renato Adur, Durval Amaral, Hermas Brandão, Alceu Swarowski, Edson Silva Lino, Nilton Barbosa, Nelson Garcia, Júlio Bifon, Antônio Annibelli, Toti Colaço, Luiz Antônio Setti, José Arthur Ritti, Costenaro Neto, Duílio Genari, Arlindo Troian e 1 ilegal.

REQUERIMENTO N° 1521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento

do Senhor Pedro Pedroso, ocorrido dia 11 de junho em Ponta Grossa.

O Senhor Pedro era taxista, pessoa de muitas amizades, que com sua morte deixará amigos, colegas de profissão, bem como os parentes, com saudades.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência, à família enlutada, à Rua 02, n° 394, Vila Baraúna, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1522

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Aristides Nerone, ocorrido dia 12 de junho, em Ponta Grossa.

O Senhor Aristides, era uma pessoa muito estimada e que possuía vários amigos, com seu passamento deixará parentes e amigos enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, à família enlutada, a Rua Teodoro Sampaio, 399 - Vila Pinheiro, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1527

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a consignação na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor ARY COUTINHO BANDEIRA.

Da decisão da Casa pede seja dada ciência à família enlutada, através de seu pai Senhor ARY ALVES BANDEIRA, à Rua Mariano Torres n° 208, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamento: Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

O Doutor ARY COUTINHO BANDEIRA, era um jovem e dinâmico médico, membro de tradicional família paranaense. Seu infasto falecimento vem causar profundo pesar, não só entre os seus familiares mas também entre seus amigos e de quantos tiveram o privilégio de com ele conviver.

REQUERIMENTO N° 1525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de congratulações às princesinhas Nicole Queirós, Rejane Barros, Márcia Neotti Horn e Cristiane Lopes, por

terem conquistado os títulos individual e por equipes no Campeonato Paranaense de Amazonas, realizada na Escola de Equitação Força Livre, em Londrina.

A jovem Nicole Queirós (montando San Marino), Rejane Barros (montando Surpresa Guabi), Márcia Neotti Horn (montando Cipleon) e Cristiane Lopes (montando Damis), asseguraram a primeira posição na classificação das equipes, sendo que Cristiane Lopes ainda ficou como campeã individual.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência às Amazonas, à Rua Dr. P. Xavier, 1400, em Ponta Grossa, e à Sociedade Hípica de Ponta Grossa, no endereço acima referido.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações, pela passagem do 37º aniversário do conceituado matutino Tribuna de São José dos Pinhais, dirigido pelos Senhores Elon Natal Bonin e Mauro F. Dombrowski, competentes e dinâmicos jornalistas. Matutino este sempre voltado às causas populares e de toda a sociedade paranaense.

Outrossim, solicitamos que da decisão desta Casa seja dada ciência ao jornal Tribuna de São José dos Pinhais, à Av. Rui Barbosa, 2512, Caixa Postal 159, São José dos Pinhais, Paraná CEP: 83100-000.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Todo o vencedor tem um segredo: a persistência com a certeza de onde quer chegar. 37 anos de tiragem ininterrupta coloca a Tribuna de São José no espaço reservado aos vitoriosos.

Desde a manchete da 1ª edição: "Governador Moisés Lupion inaugura ponte sobre o Rio Iguaçu na Divisa Curitiba - São José dos Pinhais", naquele longínquo sábado, 18 de junho de 1957, até os dias de hoje, a Tribuna se pautou na busca da informação social, no registro dos fatos que fazem a história dos municípios. Hoje, contudo, a Tribuna está inserida na própria história do povo são-joseense.

O futuro se faz alicerçado na memória de um povo. Por isso, por ter transformado a Tribuna de São José no informativo imprescindível à família são-joseense e de outros municípios do Paraná, a equipe que trabalha neste matutino pode ter a certeza do dever cumprido.

Entretanto, continuar é preciso pois a Tribuna de São José não pertence mais àqueles que a ela dedicam suas vidas, mas

ao povo que se acostumou a encontrar neste diário os fatos que marcam seus dias.

Votos de um futuro promissor.

REQUERIMENTO N° 1528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, Digníssimo Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a formalização de convênio com a Prefeitura Municipal de Ortigueira, para construção de uma Quadra de Esportes na Escola de Vista Alegre.

A execução do Projeto "Nossa Quadra" na localidade de Vista Alegre irá beneficiar um grande número de estudantes da região que, atualmente, não dispõem de nenhum local para a prática de esportes e lazer.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Ortigueira (PR).

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1534

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Tribunal Regional Eleitoral solicitando que aquele órgão determine, em caráter emergencial a data da realização do plebiscito, no Distrito de Pirapó, para que a população daquela localidade decida sobre a criação daquele município, desmembrado de Apucarana, conforme Resolução n° 100/90, de 07.12.90, baixada por esta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 1532

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM envio de mensagem ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Governador do Estado do Paraná, solicitando o auxílio do vale-transporte, conforme Lei n° 9490 de 21.12.90 aos servidores públicos estaduais da administração direta e indireta, por ser um direito que o Estado deve respeitar.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Temos em nosso País leis que regulamentam as garantias e direitos da população, mas infelizmente, grande parte dos

governantes não respeitam tais leis.

Os trabalhadores regidos pela CLT vêm sendo beneficiados com a Lei Federal n° 7418 de 16.12.85, alterada pela Lei n° 7619 de 30.09.87 que institui o vale-transporte; enquanto os servidores públicos do Estado do Paraná, embora tendo uma lei estadual que regulamente o auxílio do vale-transporte pela Lei n° 9490 de 21.12.90 não estão recebendo este benefício.

Solicitamos então que o Governador do Estado do Paraná cumpra a lei e que passe a pagar esse benefício aos servidores públicos do Estado.

REQUERIMENTO N° 1523

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário dos Transportes, Senhor Roberto Lobo Blasi, solicitando que seja arrumado o contorno de Ponta Grossa, pista da direita que se encontra avariada e com o acostamento danificado.

Os defeitos encontrados na pista, vêm causando problemas para os usuários que ali transitam, causando vários acidentes.

A recuperação deste contorno precisa ser eficaz e urgente para que todos que por ali passam, venham a ter maior segurança e tranqüilidade.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1524

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Secretário dos Transportes, Senhor Roberto Lobo Blasi, solicitando o asfaltamento da estrada velha de Tibagi, trecho Periquitos Barra do Tibagi e ligação a Carambei.

A estrada serve de escoamento para produção agrícola da região, onde também encontra-se a maior bacia leiteira, além de uma pedreira.

O asfaltamento desta estrada beneficiará muitos usuários que por ali transitam diariamente, além de complementar a malha viária dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1531

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Professora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssi-

ma Secretária de Estado da Cultura, solicitando um auxílio financeiro para o Coral Asa Branca, do Município de Paranaguá-PR.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A histórica Paranaguá conta há mais de três anos, com o funcionamento do Coral Asa Branca, cujas apresentações em várias cidades do Paraná têm se constituído motivo de sucesso, e na Capital do Estado e, 1993, quando da apresentação na Opera de Arame, constitui um espetáculo de primeira grandeza, e arrancou aplausos de centenas de pessoas presentes, que ao final em pé, deram sua demonstração. Esse ato, teve a participação no Auditório de Representações de todos os Corais de Curitiba.

Enfim, o Coral Asa Branca, valoriza de forma positiva a cultura de berço da civilização paranaense, levando-se sempre em conta o espírito de grupo, a solidariedade, a união, e acima de tudo, porque seus integrantes fazem o que gostam: "Cantar". Sua maestrina, a Professora Regina Vernalha de Pinho, demonstra no Asa Branca, toda a sua vocação, e sua maior alegria é ver sempre o Coral se apresentando em outras cidades e arrancando aplausos, onde se transfigura completamente, diante da emoção em cada canção.

No entanto, essa organização necessita constantemente, renovar o seu guarda-roupa para as diferentes apresentações, e na atualidade as despesas são enormes com esse procedimento obrigatório. Seus integrantes dividem entre si, esses pagamentos, e algumas vezes, recebem voluntariamente auxílios de terceiros.

Também observando esse aspecto, é de se registrar que a manutenção dos instrumentos musicais (Órgão Eletrônico, Sonorização, etc), é realizado pelo mesmo método de rateio.

Requeiro ainda que do presente seja endereçado a: Ilma. Professora Regina Vernalha de Pinho, a Rua Júlia da Costa, 181 - CEP: 83203-060 - Centro Histórico - Paranaguá-PR, a Ilma. Professora Odilêia Pedroni, a Rua Júlia da Costa, 609, CEP: 83203-060 - Paranaguá; ao Ilmo. Sr. José Luiz Boabaid, Mui Digno Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP, a Rua Rodrigues Alves, 621 - CEP: 83203-420; e ao Ilmo. Sr. Mário Mickuz, Mui Digno Diretor da Rádio Difusora de Paranaguá, a Rua Prof. Cleto Viana, 305 - CEP: 83203-240 - Paranaguá - PR.

REQUERIMENTO N° 1535

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER à Mesa deste Poder

Legislativo, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Civil, Luiz Gastão Franco de Carvalho, solicitando a relação geral dos ocupantes de Cargos de Comissão DAS, lotados na Casa Civil, especificando os lotados a partir do mês de março do corrente ano até o presente momento.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 1536

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Paraná, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado da República, solicitando as providências necessárias para que seja discutido e apreciado - em caráter urgente - o Projeto de Lei n° 3.710, de 1993, oriundo da Mensagem n° 205/93, que institui o novo Código de Trânsito Brasileiro.

Que do teor do presente dê-se ciência aos Senhores líderes partidários no Senado da República, ao Senhor Deputado Federal Beto Mansur e ao Senhor Juiz do Tribunal de Alçada do Paraná, Dr. Octávio César Valeixo.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Encaminhado à Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo, o projeto de lei em epígrafe, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, teve como relator, naquela Casa, o Senhor Deputado Federal Dr. Beto Mansur.

O projeto resultou de longo e profícuo trabalho desenvolvido por diversos profissionais especializados em trânsito viário, durante praticamente três anos. Analisado pela Câmara, em Comissão Especial, o projeto sofreu alterações no sentido de aperfeiçoar ainda mais a legislação nacional de trânsito, sendo aprovado por aquele Poder Legislativo.

Considerando que o Projeto é do interesse da sociedade brasileira, quando se verifica que os instrumentos legais e institucionais existentes são insuficientes e ineficazes para reverter os crescentes e trágicos índices de acidentes, com milhares de mortos e feridos, é urgente a necessidade de o Senado da República discutir a aprovar a referida matéria.

Temos certeza de que o novo Código, na forma do substitutivo aprovado pela Câmara, será uma arma eficiente para modificar o gravíssimo quadro dos acidentes nas vias públicas do Brasil, razão por que, encare-

ceamos toda a sensibilidade, seriedade e atenção por parte dos Senhores Senadores para discutí-lo e aprová-lo, dentro da maior brevidade possível.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 224/94

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Pró-Cidadania de Curitiba, antigo PROVOPAR, é uma entidade que presta serviços relevantes e imprescindíveis para a sociedade paranaense.

Atuando junto às entidades comunitárias, o Instituto auxilia no repasse de verbas a creches, assiste crianças portadoras de todo o tipo de doença e deficiência, asilos e toda espécie de entidade carente e de assistência social.

Participa também incentivando e orientando projetos de caráter social, que objetivam a formação de crianças e jovens, preparando-lhes um futuro melhor.

Na área específica de ação social, o Instituto Pró-Cidadania efetua centenas de doações das mais diversas áreas. Atualmente atende cerca de 1.800 crianças e adolescentes carentes, encaminhando-os para cursos profissionalizantes, iniciando na sua vida profissional.

Portanto, devido a estes importantes serviços prestados à sociedade paranaense, o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba merece fruir das prerrogativas legais decorrentes da declaração de Utilidade Pública da entidade.

PROJETO DE LEI N° 225/94

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Governo do Estado do Paraná, através dos órgãos de administração direta ou indireta na realização de licitações públicas, exigir obrigatoriamente nos casos específicos, a apresentação do Certificado de Garantia Estadual, fornecido pela Associação das Retíficas de Motores do Estado do Paraná - AREMOPAR;

Art. 2° - A empresa que não apresentar o documento citado no artigo 1°, estará automaticamente eliminada da licitação pública.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

No Direito Administrativo, sabe-se que o princípio de igualdade constitui um dos alicerces da licitação pública, na medida em que esta visa não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar.

A exigência da apresentação do Certificado de Garantia Estadual, fornecido somente pela Associação das Retíficas de Motores do Estado do Paraná - AREMOPAR, em nada altera os dispositivos regulamentares da matéria, ao contrário, estabelece um procedimento, cujos resultados positivos vão beneficiar e garantir de forma jurídica precisa, mais diretamente ao Estado, propiciando nos veículos automotores que merecem a execução dos serviços de retificadoras estarem garantidas pela legislação para realizarem periodicamente suas revisões, e eventuais reparos sem ocasionar a paralisação da frota pública. Na atualidade, o Estado não tem essa garantia, pois podem participar de quaisquer das modalidades das licitações, empresas que não oferecem nenhuma obrigatoriedade de atendimento em todo o Estado, ficando em alguns casos somente a Capital como alternativa de receber os veículos retificados para citadas revisões. Ao contrário, vai ocorrer que quando o Governo tornar obrigatório o uso do Certificado de Garantia Estadual, já que a Associação mantém com seus associados, um compromisso onde essas associadas são obrigadas a dar atendimentos em todo o Estado do Paraná, mediante apresentação deste certificado.

Essa medida trará aos cofres públicos uma economia vultosa, diante do que ocorre na atualidade, onde por exemplo veículos da frota pública que recebem serviços de retífica de motor em Foz do Iguaçu, Cascavel, Umuarama, Jacarezinho, Mallet, Cêu Azul, enfim, cidades com retíficas idôneas, são forçosamente obrigados a se deslocarem a Capital, para então, em empresas credenciadas, procederem às revisões obrigatórias, algumas vezes, até pagando aos órgãos públicos algumas diferenças pelos arremates existentes. Esse fato é de fácil verificação em todos os setores governamentais. Com a inclusão do Certificado de Garantia Estadual, um documento hábil, em qualquer cidade do Paraná o veículo estará apto a receber a devida assistência técnica.

Dessa forma, nosso anteprojeto de lei, vem trazer cristalinamente benefícios ao Estado do Paraná, e aos cofres públicos, sem burocratizar procedimentos legais e

evidentes e ainda sem sucatear a frota pública.

É a nossa justificativa.

PROJETO DE LEI N° 226/94 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A Lei n° 9.239 de 09 de maio de 1990, em seu artigo 1°, inciso I, para a ter a seguinte redação:

Lei n° 9.239, art. 1°, inciso I:

"Ficam remetidos os créditos tributários decorrentes de:

I - operações realizadas com sal mineralizado e sal mineral, posição 23.07.08.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias ocorridas anteriormente a 15 de abril de 1988".

Art. 2° - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Tem por objetivo a presente proposição a inclusão no mencionado diploma legal, do item "sal mineral", eis que na realidade as transações comerciais envolvendo sal mineral, não seriam beneficiadas pela lei, sendo certo porém, que estas se equivalem.

Sal mineral se equipara a sal mineralizado, pois, ambos guardam entre si a similitude de significado e origem.

Convém informar ainda, por essencial, o que nos ensina o mestre Aurélio Buarque de Hollanda, em sua obra "Novo Dicionário Aurélio":

a) Mineral - S.m.2. Elemento ou composto químico formado, em geral, por processos inorgânicos, o qual tem uma composição química definida e ocorre naturalmente na crosta terrestre. - b) Mineralização. 1. Processo de substituição, no interior da terra, dos constituintes orgânicos por inorgânicos. 2. Deposição de minerais graças a agentes fluídos de origem magmática, que facilitam a sua cristalização e concentração, podendo daí resultar jazidas de valor econômico. c) Mineralização. Convertido em mineral ou em minério."

Diante do exposto, é que esperamos a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 227/94 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Pinheiro do Paraná, cientificamente conhecido como Araucária Augustifolia é considerada a árvore símbolo do Estado do Paraná e sua preservação em áreas públicas e privadas será obrigatória, obedecendo disposto na lei é, como tal, ao lado da Bandeira, do Hino, do Bra-

são e todo e qualquer instrumento representativo em vigor ou que venha a ser adotado como tal, será reconhecido como símbolo natural e cultuado por todos os paranaenses.

Art. 2º - O Poder Executivo Estadual incentivará o plantio de mudas do pinheiro em áreas públicas e particulares, urbanas ou não, e promoverá intensa programação em homenagem à espécie nativa da nossa flora, no Dia da Árvore, comemorado anualmente no dia 21 de setembro.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a plantar, dentro de normas técnicas imprescindíveis, mudas de Araucária Augustifolia defronte à sede do Governo Estadual, sedes representativas, ficando responsável pela sua preservação.

Parágrafo Único - Os pinheiros de que trata o "caput" do art. 3º deverão receber atenção do Poder Executivo, que não autorizará em hipótese alguma:

- a - pintura em seus troncos ou qualquer parte;
- b - afixação de faixas, cartazes ou similares;
- c - corte total ou poda parcial das árvores-símbolo, a não ser em casos comprovados tecnicamente, por doença da espécie ou decorrente de ação natural.

Art. 4º - O Poder Executivo incentivará aos demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais com sede em todos os municípios em território paranaense, principalmente escolas, ao plantio de mudas de pinheiro em áreas de destaque defronte às sedes administrativas.

Art. 5º - Em todas as vias de acesso aos municípios paranaenses, em locais estrategicamente escolhidos, o Estado, através do órgão competente, implementará o plantio de mudas de pinheiro do Paraná, erigindo monumentos de caráter ecológico que cite a Araucária Augustifolia como a Árvore Símbolo do Estado do Paraná e o sentimento preservacionista da espécie na população.

Art. 6º - Em todas as praças públicas, observados os critérios técnicos relativos ao Pinheiro do Paraná, o Governo do Estado desenvolverá programas em parceria com os municípios, para o plantio de mudas da árvore-símbolo, visando torná-la parte integrante do dia-a-dia das comunidades.

Art. 7º - O Órgão competente do Governo do Estado, em conjunto com entidades privadas, desenvolverá anualmente, e sempre que viável for, programas de conscientização e educação ambiental junto às es-

colas e à comunidade em geral.

Art. 8º - Para os efeitos desta lei, o Poder Executivo Estadual a regulamentará no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.94

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Pinheiro do Paraná ou Araucária Augustifolia, cuja preservação é obrigatória, encontra-se em fase adiantada de extinção, e deveria ser reconhecida oficialmente como símbolo natural do nosso Estado, onde até há poucos anos dominou a paisagem desde os tempos da última glaciação há 120 mil anos, conforme relatam os dados técnicos.

Em verdade, o Estado não tem um símbolo natural da flora e nada mais apropriado do que homenagear esta espécie nativa que ainda hoje faz parte de nossas paisagens e do nosso dia-a-dia.

O que se pretende com esta proposta é despertar a consciência dos paranaenses, com o Governo dando exemplo, para se evitar de vez a extinção integral de uma espécie de grande porte, que há oitenta e cinco anos começou a ser dizimada em nossa região.

Apenas uma única empresa conseguiu em 40 anos dizimar 3 milhões de pinheiros do Paraná, sem a reposição de uma única espécie sequer.

Para se ter noção desta triste realidade, no início da década de 50, o Paraná possuía aproximadamente 7,53 milhões de hectares de formações florestais de araucária que representavam aproximadamente 40% área de pinheirais do Brasil, dividindo Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo dos restantes. Restam, segundo os técnicos florestais, cerca de 85 mil ha. ou 1,2% da cobertura vegetal original.

Entre 85 e 90 foram devastados no Paraná, de acordo com as entidades ambientalistas, 144 mil hectares de pinhais, e atualmente, apenas 0,2% de matas araucárias originais estão protegidas em 17 unidades de conservação.

Em verdade, não faltam leis ou instrumentos jurídicos que buscam a conservação dos remanescentes florestais e araucárias, mas ações efetivas, apoiadas na determinação de agir, ainda se fazem necessárias.

A inexistência de uma política ambiental efetiva também contribui para a extinção dos pinheiros, quando medidas práticas de reflorestamento nativo poderiam já estarem sendo desenvolvidas pelos Governos.

É imprescindível, que comecemos a nos

preocupar e considerar o valor do pinheiro em pé, e revermos a pauta das exportações do Brasil, onde ainda consta a Araucária Augustifolia.

A Araucária Augustifolia não pode ficar apenas na lembrança e deve, efetivamente, ser reintegrada robustamente ao nosso cotidiano, porque devemos isso aos nossos filhos e às futuras gerações.

Reconhecer o Pinheiro do Paraná como símbolo natural verde do Estado é dar mostras do espírito ecológico/ambientalista que cada vez mais toma conta de nossa gente.

PROJETO DE LEI Nº 228/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. José Neves Formighieri.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.94

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de homenagear o "explorador de sertões", o primeiro que abre e descobre caminho através de região mal conhecida, que vai adiante e anuncia um sucesso futuro que outros, seguramente, viriam se juntar e somar fortalecidos pelo heroísmo dos pioneiros.

Dia 23 de junho de 1946, há quase meio século atrás, José Neves Formighieri chegou a Cascavel. Juntou-se ao reduzido número de pessoas e com liderança encorajou ainda mais a todos, que com bravura e trabalho continuaram o seu propósito. Lágrimas, suor e sangue derramaram sobre o chão que desbravaram, abrindo clareiras na mata virgem que permitiram vislumbrar a terra fértil até então desconhecida.

Devemos sempre render nossa homenagem, o reconhecimento e agradecimento pelo grande feito, aos pioneiros desta Terra Oeste, muitos dos quais não mais nos dão alegria da presença e do convívio, mas que aqui ficam incluídos na homenagem, através da maravilhosa pessoa humana de José Neves Formighieri. Porque aos primeiros enfim, couberam as maiores adversidades e nem por isso desanimaram, porque heroicamente fortalecidos por um espírito unitário, de garra e força de vontade, "armados" de machado, foice e facão conseguiram abrir a clareira para abrigar a gente, que sempre mais veio se somar. De cabeças erguidas e já com ferramentas em punho, com desejo e coragem, deram passos largos rumo ao desenvolvimento e progresso, que permitiu a Cascavel e Oeste do Paraná ser um grande

pólo, que se desenvolveu rapidamente e, graças ao trabalho de seu povo, é o celeiro do nosso Estado.

Cabe aqui ressaltar, que, graças ao seu espírito comunitário, o povo foi reconhecendo em José Neves Formighieri um líder arrojado e com todas as condições de prestar grandes serviços também na política.

Com o firme propósito de contribuir com o seu trabalho, para o ainda maior desenvolvimento da então vila e conseqüentemente participar no engrandecimento da Região Oeste e do Estado, liderou a campanha de emancipação político-administrativo do município de Cascavel.

Eleito o 1º prefeito em 14 de novembro de 1952, exerceu o mandato no período de 1952 e 1956. As dificuldades inerentes à instalação e primeira administração de um novo município eram acentuadíssimas, principalmente considerando-se 42 anos atrás.

Para registrar e demonstrar o desprendimento de espírito público, José Neves Formighieri manteve com recursos próprios as despesas e gastos da Prefeitura Municipal. Custeou as obras do Paço Municipal e a construção da primeira Escola, porque tinha a preocupação maior de oferecer de imediato melhores condições para o aprendizado das crianças. Também comprou com recursos próprios, o primeiro trator para a Prefeitura ter condições de oferecer serviços que se faziam necessários aos moradores que queriam se estabelecer.

Realizou uma administração notável, que inegavelmente projetou Cascavel como "Município de Progresso", despertando o interesse de empresas e pessoas de outros Estados que ali vieram e se estabeleceram. Objetivando facilitar a vida de empresas e de pessoas, gestionou aos Governos Estadual e Federal, e sabedores do futuro que se apresentava, gerando riquezas para o desenvolvimento da região, as autoridades determinaram de imediato a instalação de Coletoria Estadual e Federal.

Continuando sua obra de administrador com muita visão para o futuro, conseguiu que o Município tivesse instalada a sua Comarca, que muito contribuiu o reconhecimento de outras regiões, despertando o interesse de muitos em ali se instalar. Outro destaque que merece registro é a construção da primeira malha viária do município, com aproximadamente 300 Km em 4 anos de mandato, com demarcação, planejamento e localização do Perímetro Urbano, com abertura de ruas e praças.

Atuando continuamente e com liderança sempre voltada ao bem-estar do povo, conseguiu junto ao Governo Federal o asfaltamento da BR-101, atual BR-277, trecho de Guarapuava a Cascavel.

Além de homem público reconhecido pe-

lo seu trabalho a favor da coletividade, José Neves Formighieri é também um destacado empresário no ramo madeireiro e agropecuário, trabalhando com a maior dedicação até os dias de hoje, quando já tem 78 anos de vida.

Pelo acima exposto, e por fazer parte da história do Paraná, apresentamos o presente projeto de lei, que solicitamos apoio dos nobres Deputados que integram esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhores servidores desta Casa, imprensa falada e escrita desta Casa de Leis.

Em primeiro lugar, queremos endereçar um requerimento à Mesa nos congratulando pela passagem do 37º aniversário do matutino "Tribuna de São José"; porque todo o vencedor tem um segredo, a persistência com a certeza de onde quer chegar. Trinta e sete anos de tiragem ininterrupta coloca a "Tribuna de São José" no espaço reservado aos vitoriosos. Desde a manchete da primeira edição: "Governador Moisés Lupion inaugura a Ponte sobre o Rio Iguaçu na divisa Curitiba-São José dos Pinhais", naquele longínquo sábado, 18 de junho de 1957, até dos dias de hoje, a Tribuna se pautou na busca da informação social, no registro dos fatos que fazem a história de todos os municípios.

Hoje, contudo, a "Tribuna" está inserida na própria história do povo são joseense. E o futuro se faz alicerçado na memória de um povo.

Por isto, por ter transformado a "Tribuna de São José" num informativo imprescindível à família são-joseense e de outros municípios do Paraná, a equipe que trabalha neste matutino pode ter a certeza do dever cumprido.

Entretanto, continuar é preciso. Pois a "Tribuna de São José" não pertence mais aqueles que a ela dedicam suas vidas, mas ao povo, que se acostumou a encontrar naquele diário os fatos que marcam seus dias.

Os nossos votos, portanto, de um futuro promissor.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, votaremos a favor, em segunda discussão, na íntegra, ao Projeto de Lei nº 114/94, através da Mensagem nº 027/94, que solicita autorização legislativa para que o Executivo possa participar, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da constituição de uma sociedade de economia mista que será denominada de Companhia Paranaense de Gás

- COPAGÁS.

Recebeu pareceres favoráveis da C.C.J., da C.A.I.C. e da C.E.M.A..

A C.C.J., num bem lançado parecer da lavra do ilustre Deputado Ernani Pudell, focalizou a desnecessidade, a inexigibilidade da licitação em face da não existência de outras empresas congêneres que pudessem explorar os referidos serviços. O brilhante e ilustre Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Consulto o ilustre Deputado se fará uso do horário da Liderança do PSDB?

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Perfeitamente. Obrigado.

O ilustre Deputado Colombino Grassano, com seu invulgar brilhantismo, aflorou uma questão que quase nos convenceu na Sessão de ontem, focalizando, nos termos do artigo 146, § 1º, a necessidade de Lei Complementar. Se compararmos a nossa Constituição Estadual com a Federal de 88 e com todas as anteriores, de 46, 67 e a Emenda Constitucional nº 1, de 69, a última, no seu artigo 175 precisamente, estabelece o seguinte: "Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos". E no seu parágrafo único: "A lei disporá..." A lei ordinária, portanto, "disporá sobre o regime das empresas concessionárias, ..."etc.

Analisando detalhadamente as racionais ponderações do ilustre advogado militante é porque não dizer, jurista, ilustre Deputado Colombino Grassano, a quem rendemos sempre as nossas mais sinceras homenagens, por sua assiduidade e por seu comportamento nesta Casa de Leis, nós, humildemente, sentimos discordar de Vossa Excelência, e o fazemos, na nossa modéstia, nos arrimando, nos encostando no bordão de dois argumentos da autoridade de dois ilustres e eméritos juristas: Manoel Gonçalves e Celso Ribeiro Bastos.

Manoel Gonçalves Filho, já comentando as Constituições pretéritas, desde 46, 67 até 69, já dizia o seguinte: "Nesse passo, a Constituição prevê, como já fazia a anterior, de 46, artigo 151, a regulamentação pela lei federal do regime das concessionárias de serviços públicos, sejam federais, sejam estaduais, sejam municipais, sobrelevando o interesse nacional, no bom atendimento dos serviços públicos em qualquer das três esferas de Poder, bem como a conveniência da manutenção de uma política igual no tratamento dos problemas concernentes a essas concessionárias.

Celso Ribeiro Bastos comentando o artigo 175 da atual Constituição Federal diz

o seguinte: O preceito sob comento faz referência a edição de uma lei, lei ordinária. Cabe a pergunta: Lei Federal? Estadual? Municipal? Ou lei nacional? Parece, continua o doutrinador, que o texto quer referir-se a uma lei única de alçada da União que disporá sobre a prestação do serviço público, mais especificamente sobre os quatro itens constantes do parágrafo único do artigo em questão, os mesmos da nossa Constituição Estadual. E como matéria aí versada assume feição genérica, isto é, trata-se de temas que demandam um tratamento unitário, a afirmação mais correta pois é de que lei não pode ser outra senão a nacional. Caso contrário como ficariam os usuários? Como ficariam os regimes das concessionárias ou permissionárias de serviços públicos se diversas leis cuidassem de defini-los?

O Sr. Colombino Grassano - Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento)

Peço um aparte porque Vossa Excelência já deve estar falando no Horário da Liderança.

Vossa Excelência, meu caro Deputado, é jurista, estudioso, comete um grande erro e um grande equívoco. Vossa Excelência que discorda de mim, discorda do meu ponto de vista, do meu parecer. Vossa Excelência está enganado. Vossa Excelência está discordando da Constituição. É da Constituição que Vossa Excelência está discordando, Deputado Swarowski, porque o artigo da Constituição Federal fala na forma da lei, Senhor Deputado, e o Governador Álvaro Dias baixou um Decreto.

Como é que Vossa Excelência interpreta esse artigo da Constituição Federal que manda através de lei e não através de Decreto, o Decreto 4.685 baixado pelo Governador que dá poderes à COPEL de explorar e distribuir o gás no Paraná.

Mas, Senhor Deputado, Vossa Excelência é jurista. Não estou falando com amador. Estou falando com um homem que costuma se orientar na Constituição, que vai ao fundo ao apreciar as matérias que lhe são entregues para relatar na Comissão. Vossa Excelência sabe muito bem que a Constituição Estadual pode ampliar direitos e vantagens e até responsabilidades. Não pode é diminuir, a Constituição Estadual não pode. O que fez o legislador paranaense, muitos dos Senhores Deputados que estão aqui presentes votaram a Constituição que foi a de 1989. Os Senhores Deputados tiveram o critério e o cuidado de colocar que a lei, na forma da lei, e no parágrafo primeiro do artigo 146 os Senhores Deputados constituintes disseram, no parágrafo primeiro, que a lei complementar irá decidir sobre a forma de concessão, de exploração e neste

caso da COPEL eles estão confundindo delegação com concessão.

Longe de querer discordar e de analisar o pensamento de Heli Lopes Meyrelles e de outros juristas citados por Vossa Excelência, curvo-me diante da Constituição que é clara, cuja redação é cristalina. Senhor Deputado, não deixa dúvida. Vossa Excelência é um jurista, Vossa Excelência não é farmacêutico, Vossa Excelência não é lavrador, Vossa Excelência não é criador de gado; Vossa Excelência é um homem amante do direito e da justiça. É por esta razão que me surpreendo quando vejo Vossa Excelência dizer que estou enganado. Vossa Excelência, pelo contrário, a Constituição é que está sendo aqui nesta Assembleia Legislativa ultrajada mais uma vez. Não sou contra a constituição da Companhia Paranaense de Gás. Até mesmo disse ao Líder do Governo que votaríamos em Sessão Extraordinária e que pela primeira vez eu votaria, se fosse através de lei complementar, eu votaria em favor de qualquer requerimento que criasse uma comissão geral para apreciar em Plenário qualquer emenda, ou esta mesma matéria, mas dando o rito de lei complementar, e não de lei ordinária.

De modo que quero deixar bem claro a Vossa Excelência, a Constituição, os artigos da Constituição Federal e Estadual são claríssimos, não estou indo nem analisar sobre a necessidade da licitação que as Constituições Federal e Estadual determinam que se faça, e que Vossa Excelência leu, e que o parecer da própria COPEL, do próprio advogado da COPEL cita isso, cita sobre a licitação, porque não está tácito, está expresso nos artigos da Constituição Federal e Estadual.

Por isso, Vossa Excelência há de convir comigo que estou dentro da lei, de acordo com a constituição, e defendendo não a não criação da COPAGÁS; estou defendendo que se vote nesta Casa um projeto de lei que seja realmente um projeto que respeita a Constituição e respeita o Regimento Interno; e não a interpretação da maioria, onde a maioria aqui diz o que não quer, vota como quer e não respeita o direito sagrado de uma minoria, até quando essa minoria tem direito?

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Agradeço o brilhante aparte de V. Exa.

Para dizer que efetivamente não ponho em dúvidas as boas intenções de V. Exa., apenas quero externar aqui um voto de discordância quanto a exigência de lei complementar, com base também na constituição do Estado do Paraná, por quê? Porque o artigo 146 é taxativo ilustre Deputado Colombino Grassano, quando determina que se faça por lei ordinária. É o "caput". O parágrafo 1º é complementação mas não pode

contrariar o artigo "caput", o 146, e contrariar a sistemática toda da nossa herança constitucional desde 46, que apenas exige uma lei ordinária para disciplinar o serviço. E a lei complementar como V. Exa. sabe muito bem, melhor do que eu, que é inclusive um advogado mais experimentado, embora também tenhamos 37 anos de exercício em advocacia contínua, queremos dizer que apenas somos estudiosos da matéria e nos arrimamos no testemunho de dois grandes juristas pátrios, e dizer que efetivamente o Constituinte Estadual, talvez por um lapso, na regulamentação do artigo 146 fala em lei complementar, numa total afronta ao artigo mãe que apenas exige a lei ordinária.

Lei Complementar é exigida por texto expresso para regulamentar qualquer dispositivo constitucional, exigindo além disso a maioria absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Quero alertar V. Exa. que o seu tempo está esgotado.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - E o legislador estadual determinou que se fizesse por Lei Ordinária, e não por Lei Complementar para evitar a ditadura das maiorias no Parlamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, com a palavra, o Deputado Algaci Túlio, e também no Horário da Liderança do PDT.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Mesa, hoje, um requerimento pedindo a esta Assembléia que envie um expediente ao Presidente do Senado da República solicitando urgência na votação e discussão do Projeto de Lei nº 3.710 de 1993 que trata da questão do novo Código Nacional de Trânsito. Para que seja discutido e apreciado em caráter urgente este Projeto que institui o novo Código de Trânsito Brasileiro. Este encaminhamento à Câmara de Deputados se faz necessário porque neste momento têm se discutido a nível de Brasil as questões de segurança, especialmente da segurança de trânsito. O Código de Trânsito Brasileiro teve como relator no Congresso o Deputado Federal Beto Mansur, da Bancada do PDT de São Paulo. E este Projeto resultou de longo e profícuo trabalho desenvolvido por diversos profissionais especializados em trânsito viário, durante praticamente três anos.

Analisado pela Câmara e Comissão Especial o Projeto sofreu alterações no sentido de aperfeiçoar ainda mais a Legislação Nacional de Trânsito, e sendo aprovado por

aquele Poder Legislativo. E, considerando que o Projeto é de interesse da sociedade brasileira quando se verifica que os instrumentos legais e institucionais existentes têm sido insuficientes e ineficazes para reverter as freqüentes e trágicas ocorrências na área de trânsito, com seus milhares de mortos e feridos é urgente que se faça com a maior rapidez possível a discussão e aprovação desse Código Nacional de Trânsito.

Este Projeto encaminhado à Comissão Especial do Código de Trânsito pelo Poder Executivo é o produto final desse trabalho. Durante praticamente três anos, repetido, tem se estudado essa matéria.

A intenção é amplamente justificada quando se verifica que os instrumentos legais e institucionais existentes são insuficientes e ineficazes para reverter os crescentes e trágicos índices de acidentes, com seus milhares de mortos e feridos.

De fato, o desordenado crescimento demográfico e especial das áreas urbanas, a expansão da indústria automobilística, a contínua redução dos investimentos públicos em sinalização e fiscalização e no desenvolvimento de recursos humanos, a decadência física dos sistemas viários e a incapacidade econômica dos proprietários de veículos para mantê-los em condições satisfatórias de uso afetam profundamente a convivência que se pretende ordenada e pacífica entre máquinas e cidadãos.

A função Educação, na maioria das vezes, negligencia seus nobres princípios e esquece a ação profilática que deveria exercer sobre os condutores e pedestres, enquanto a Justiça abrandava seu papel coercitivo. Assim, a ignorância e a impunidade potencializam os riscos já inerentes ao trânsito e que se refletem nas estatísticas de acidentes.

A luz dessas evidências, o corpo técnico responsável nomeado pelo Poder Executivo iniciou seus trabalhos cuja primeira etapa levou à elaboração de um anteprojeto de lei, publicado no "Diário Oficial" da União em julho de 1992, com o objetivo de permitir que a sociedade brasileira o examinasse e se pronunciasse sobre seus dispositivos no prazo de 30 dias.

Mais de seis mil sugestões foram apresentadas por cidadãos e entidades diversas, o que acarretou mudanças significativas no texto original. Neste processo o documento foi aprimorado, culminando no modelo em análise, que contém preocupações humanísticas na medida em que proclama ser o trânsito seguro um direito da cidadania e estabelece dispositivos mais rigorosos que visam à proteção do homem - condutores, passageiros, pedestres e crianças.

Nesse sentido foi criado um capítulo específico para orientar o comportamento dos pedestres e outro determinando condições para o transporte escolar, além de se instituir a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança em qualquer via pública, a exemplo do que acontece nos países desenvolvidos que já superaram a fase das discussões sobre o direito do cidadão de não usá-lo.

Em relação aos veículos, o documento em tela passa a exigir maior segurança de seus fabricantes e estabelece processos administrativos e operacionais mais eficientes para identificação, registro e licenciamento de automotores, aumentando o controle dos órgãos executivos de trânsito sobre a frota nacional e assim possibilitando uma ação mais eficaz no combate ao roubo de veículos.

A Educação do Trânsito passa a ser dever de todos os educadores a nível de primeiro e segundo graus e prioridade para o Sistema Nacional de Trânsito, ao definir as competências e atribuições nesta área.

No que diz respeito à habilitação e formação de condutores, o projeto apresentado adapta as normas brasileiras à Convenção de Viena sobre Trânsito Viário, de 1968, da qual o Brasil é signatário, e mantém a exigência da prestação de novos exames de habilitação para os condenados por delitos de trânsito".

O projeto amplia significativamente o quadro de infrações de trânsito em relação ao Código em vigor, agrupando-as em quatro categorias de gravidade. Define o procedimento da autoridade de trânsito na aplicação de certas penalidades, além de elevar o valor das multas de forma substancial. O Curso de Reciclagem de Trânsito passa a ser obrigatório para certos tipos de infratores e para os condenados judicialmente por delitos específicos, para quem fica mantida a exigência de novos exames de habilitação.

Ao cidadão o documento garante o direito de pronta ciência e ampla defesa das imputações que lhe forem feitas, enquanto infrator, e também o direito de comunicar infrações de trânsito às autoridades e seus agentes para as providências estabelecidas em lei, enquanto testemunha.

Devemos ainda destacar dois aspectos de fundamental importância constante desta proposta de Código, que serão analisados mais detidamente na segunda parte deste relatório: a responsabilidade pela coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, no projeto, delegada ao Ministério da Justiça, (art. 6º), e condicionamento das prefeituras municipais à manifestação favorável do CONTRAN e dos governos estaduais para poderem assumir as atividades administrativas, técnicas e financeiras rela-

tivas ao trânsito na área sob sua circunscrição (Parágrafo Único do art. 16).

Finalmente, a proposta do novo Código incorpora, como anexo, um glossário de mais de 70 termos utilizados ao longo do texto para evitar qualquer dúvida em relação ao seu conteúdo.

É o relatório."

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é urgente que se discuta e que se resolva de uma vez por todas esta questão com relação ao novo Código Nacional de Trânsito. E aqui, como os Srs. puderam observar, um dos últimos tópicos já se manifesta em relação a municipalização do trânsito, aquilo que temos discutido nesta Casa quando já em Legislação anterior apresentamos um Projeto de autoria do Deputado hoje Prefeito Rafael Greca de Macedo pedindo com que as multas de trânsito nas Capitais, nas Cidades, fiquem para as Prefeituras, porque são as Prefeituras, no caso de Curitiba, através do IPUC, Secretaria de Obras, que acabam sinalizando as vias que têm a manutenção dos semáforos, a compra dos semáforos, enfim, tudo aquilo que se relaciona à sinalização viária da cidade. No entanto, as multas, todas elas vão para os cofres do Governo do Estado. Agora mesmo foi necessário que houvesse a boa vontade política do atual Governador, Mário Pereira, ao receber o Prefeito Rafael Greca de Macedo, o então Presidente do IPPUC, Cássio Tanigushi, para que reverteresse estas multas, porque a Prefeitura está implantando as lombadas eletrônicas que fotografam as infrações de motoristas e automaticamente lançam as multas. E estas lombadas eletrônicas, muitas delas até, que já estavam instaladas em Curitiba, estavam apenas como uma questão de preparar os motoristas, porque na verdade não estavam ainda multando; agora sim é que passaram a multar, porque houve um acordo com o Governo do Estado do Paraná.

Mas não é o suficiente. Entendemos que a municipalização na área do trânsito se faz urgente e o novo Código Nacional de Trânsito já trata deste assunto quando fala da necessidade, no Art. 6º: "o condicionamento das prefeituras municipais à manifestação favorável do CONTRAN e dos governos estaduais para poderem assumir as atividades administrativas, técnicas e financeiras relativas ao trânsito na área sob sua circunscrição".

É por aí que a coisa caminha. Não se pode mais aceitar que os Prefeitos gastem dinheiro do orçamento do município, dos impostos pagos pelos munícipes quando da aplicação de sinalização do sistema viário e quando do recolhimento das multas eles acabem indo somente para o Tesouro do Estado para a aplicação em outras áreas do trânsito em outros municípios. Curitiba

arrecada uma fábula em termos de multas de trânsito. Estas multas vão para o Tesouro do Estado e depois são distribuídas para as cidades do interior do Estado.

Então acho que com o novo Código, este fato vai se resolver. E temos certeza que não só na questão das multas, mas até mesmo na educação do trânsito, quando até já começa a exigência que se tenha a educação do trânsito no primeiro e segundo grau. A Capital do Estado já está implantando a educação do trânsito em suas escolas, já tem inclusive ônibus preparado que percorre as escolas do município, ensinando na prática e na teoria como a criança deve se defender no trânsito.

Acho isto muito importante e quero crer que esta Casa votando este requerimento de minha autoria pedindo ao Congresso Nacional urgência na discussão e aprovação deste projeto, já está também esta Casa fazendo a sua parte, mostrando sua preocupação com o atual estado de coisas. Quando se vê o número de 50 milhões de brasileiros mortos em trânsito, quando se vê mais de 350 mil pessoas por ano sendo acidentadas e mais de 50 mil delas morrendo a cada ano nas ruas e estradas deste País.

Por isto, Senhor Presidente, peço que na hora da votação este Plenário vote favorável a este nosso requerimento. E gostaria até, como Presidente da Comissão de Segurança Pública, talvez para a semana que vem, pedir para que venha a este Plenário, usando quem sabe o Horário do Grande Expediente numa das Sessões de terça ou quarta-feira, o Juiz Dr. Octávio Valeixo. Um Juiz que deu exemplo para o Brasil. Aqui os primeiros motoristas criminosos foram colocados na cadeia...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Vossa Excelência tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. ALGACI TÚLIO - ...pela maneira com que este Juiz tem se dedicado a esta causa, um apaixonado por esta matéria e que tem sido um exemplo para o Brasil, com a colocação na cadeia de motoristas que cometeram crimes na área de trânsito.

Por isto deixo aqui este pedido para a semana que vem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças, que já foram usadas pelo PSDB e pelo PDT.

PL. (Declina)

PTB. (Declina)

PFL. (Declina)

PP. (Declina)

PT. (Declina)

PMDB. (Declina)

Liderança do Governo. (Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/94, que autoriza o Poder Executivo, a participar por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da Constituição de uma Sociedade de Economia Mista que será denominada de Companhia Paranaense de Gás - COPAGÁS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.A.I.C. E C.E.M.A..

Sobre o mesmo projeto, existe emenda de Plenário, aprovada na Sessão de ontem. A Constituição de Comissão Geral em Plenário, para emitir parecer às emendas que forem apresentadas ao Projeto de Lei nº 114/94.

Designo o Deputado Nelson Garcia para ser relator das emendas apresentadas pelo Deputado José Tavares, devidamente aprovadas por dez Srs. Deputados. E a emenda do Deputado Colombino Grassano, devidamente apoiada.

O SR. NELSON GARCIA - (Lê):

"EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 114/94

MENSAGEM Nº 027/94

Art. 1º - A Companhia Paranaense de Gás, passa a ter sua abreviatura como COMPAGÁS substituindo tal indicação no Parágrafo 1º e "caput" do Art. 1º, parágrafo único e "caput" do Art. 2º, no Art. 4º da Mensagem em tela.

Art. 2º - O Art. 3º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - Fica outorgada à Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS, a concessão para explorar os serviços de gás canalizado em todo o território do Estado do Paraná, com exclusividade de distribuição."

§ 1º - Ficam transferidos os contidos do Decreto nº 4.695 de 20 de janeiro de 1989 da COPEL para COMPAGÁS.

Sala das Sessões, em 15.06.94

(aa) JOSÉ TAVARES

DURVAL AMARAL

DUÍLIO GENARI

SEVERINO FÉLIX

COSTENARO NETO

TOTI COLAÇO

Visa o presente Projeto de Lei Ordinária autorizar o Poder Executivo "a participar, por intermédio da COPEL, da constituição de uma sociedade de economia mista que será denominada COPAGÁS".

Os Arts. 9 e 25, parágrafo 2 da Constituição Estadual e Federal já consagram ao Estado o direito de explorar direta ou indiretamente, através de concessão, os serviços de exploração, canalização e distribuição em todo o território estadual, do gás canalizado.

Tal previsão constitucional, atribui ao Estado o monopólio natural.

Todavia, acreditamos que a limitação - "pelo prazo de 30 anos" - inserida no Art. 3, é uma redundância, de vez que a COPAGÁS terá controle acionário exercido pela COPEL que por sua vez tem o controle acionário mantido pelo Poder Executivo.

Por outro lado o Poder Público concedeu por ato legislativo - Decreto 4.695 de 20 de janeiro de 1989 - a concessão exploração e distribuição de gás canalizado.

Por ser a COPEL empresa de economia mista, como será a COPAGÁS, não existe a necessidade de se dar cumprimento da parte "in fine" do Art. 146 quando fala de licitação, por ser tratar de empresa com participação do Poder Público.

O conceito do monopólio natural e sua respectiva exploração encontra-se consagrado em nossa Constituição Federal e Estadual.

Todavia, s.i.c. (segundo informações colhidas) o nome COPAGÁS encontra-se já registrado no INPI (Instituto Nacional de Produtos Industrializados), não podendo, pois, figurar de forma apresentada, como consta da Mensagem e sim acrescida da le-

tra M, passando a se configurar como COMPAGÁS.

Temos outra evidência que não foi alcançada pela Mensagem que é a transferência dos benefícios do Decreto nº 4.695, de 20 de janeiro de 1989 da COPEL para a futura "COMPAGÁS".

O SR. NELSON GARCIA - É o nosso parecer. Parecer favorável.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - O Deputado Nelson Garcia não deu parecer. Ele leu apenas a emenda.

O SR. NELSON GARCIA - Li a emenda e dei parecer favorável à emenda.

Emenda nº 2. (Lê):

"Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 114/94.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado, nos termos desta lei, a participar, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da Constituição de uma sociedade de economia mista que será denominada de Companhia Paranaense de Gás - COPAGÁS.

§ 1º - A Companhia Paranaense de Gás - COPAGÁS, terá por objetivo a exploração dos serviços de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para a utilização de todo o segmento do mercado consumidor, seja como matéria-prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

§ 2º - A empresa de que trata o "caput" deste artigo, terá personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de sociedade de economia mista, patrimônio próprio, e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

§ 3º - A Companhia Paranaense de Energia - COPEL participará com o mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante, podendo integralizá-lo em dinheiro, bem ou créditos de qualquer espécie, inclusive, os relativos às providências de que trata o artigo 4º desta lei.

§ 4º - Nos aumentos de capital será assegurada a percentagem mínima de participação prevista no parágrafo anterior.

§ 5º - Poderão participar do capital pessoas físicas ou jurídicas, respeitado o disposto no § 3º deste artigo.

Art. 2º - A Companhia Paranaense de Gás - COPAGÁS será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - A composição, organização, atribuições, competência, normas

de funcionamento e demais disposições referentes à COPAGÁS, serão definidas e detalhadas em seu Estatuto Social, observadas as disposições da lei das Sociedades Anônimas e as demais normas legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 3º - Fica a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, autorizada a alocar recursos humanos e materiais próprios com a finalidade de serem iniciadas as providências para a prestação dos serviços de gás canalizado a serem assumidos pela COPAGÁS, até que esta tenha condições de prestá-los por seus próprios meios.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamto: Luiz Carlos Zuk, Paulo Maia, Mário Bezerra, Luiz Carlos Alborghetti, (02) ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de lei ordinária autorizar o Poder Executivo "a participar, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da Constituição de uma sociedade de economia mista que será denominada de Companhia Paranaense de Gás - COPAGÁS".

1 - Temos que para tanto os artigos 1º e 2º e seus parágrafos, como o 4º e 5º do projeto em exame estão em harmonia com as disposições contidas nos artigos 25, parágrafo 2º e art. 9º, das Constituições Federal e Estadual, respectivamente, que dizem:

"Cabe ao Estado explorar, diretamente ou mediante concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços de gás canalizado em todo o seu território, incluindo o fornecimento direto a partir de gasodutos de transporte, de forma a atender a demanda".

Tal previsão constitucional atribui ao Estado o monopólio natural da exploração de distribuição dos serviços de gás canalizado em todo seu território.

2 - Ocorre que disposto isso o projeto tem inserido no seu corpo um artigo 3º e parágrafos que outorgam à COPAGÁS, "a concessão para explorar os serviços de gás canalizado em todo o território do Estado do Paraná, com exclusividade de distribuição, pelo prazo de 30 (trinta) anos".

Além disso, em seu § 1º mantém em vigor o disposto no Decreto nº 4.695, de 20.01.89.

O artigo 146 da Constituição do Estado do Paraná, em consonância com a Carta Nacional, determina que os serviços públicos sejam prestados diretamente pelo poder público ou sob o regime de concessão ou permissão, e, nestas hipóteses, sempre através de licitação. Transcreve-se:

"Art. 146 - Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos".

3 - A norma constitucional, veja-se, prevê lei complementar para disciplinar a prestação dos serviços públicos de competência do Estado. É o que consta do parágrafo 1º desse Artigo 146:

"§ 1º - Lei Complementar disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, de sua renovação e prorrogação, bem como sobre as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - a política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado".

São essas as diretrizes gerais para os serviços públicos contidos no art. 146 da Carta Estadual.

4 - Esse conceito de monopólio natural, evidentemente, não pode ficar isolado de outras variáveis essenciais, como o grau de desenvolvimento tecnológico que abrange os setores de produção desses serviços públicos.

É exemplo atual disso o grau de desenvolvimento apresentado nos setores da telefonia, geração de energia elétrica e tantos outros, que por vezes descaracteriza a existência dos monopólios naturais.

5 - Inobstante isso, não se há de fugir que a norma de eficácia limitada contida no art. 146, não produz todos os seus efeitos essenciais, posto que o constituinte reservou, por qualquer motivo, as suas regras a matéria infra constitucional.

Por isso a fórmula empregada:

"§ 1º - Lei Complementar disporá"

Bastaria isso para invalidar matéria que se pretende legislar por lei ordinária.

Além do mais, absurdamente, a lei mantém em vigor o Decreto nº 4.695/89, que não mais existe, porque não foi recepcionado pela Constituição vigente e com ela se conflita.

Mesmo que se pudesse dar vida ao Decreto ainda assim não teria ele foros de legitimidade e constitucionalidade, porque a relação que se estabelece na hipótese, é entre a lei como fonte primária e o decreto como fonte secundária."

O SR. NELSON GARCIA - Nosso Parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) -

solicito ao nobre Deputado que envie...

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Eu solicitaria a V.Exa. que pedisse ao Sr. Deputado Relator que dissesse se é constitucional ou inconstitucional a emenda porque a Comissão Geral atua como Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. NELSON GARCIA - Emenda nº 1 perfeitamente constitucional. Emenda nº 2 não é constitucional.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito ao Relator que informe que a emenda é inconstitucional, fere quais artigos da Constituição brasileira? Ou estadual? É parâmetro para a gente poder definir.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - O Plenário tem total poder para decidir o parecer do nobre Deputado Nelson Garcia, se é favorável ou não. Nós vamos na Mesa fazer isto, para colocar em votação o parecer do nobre Deputado Nelson Garcia.

O SR. DR. ROSINHA - Sim, este Deputado, de acordo com o Regimento Interno, solicita ao Deputado que deu o parecer qual o artigo da Constituição Federal e da Constituição Estadual que fere, porque como Deputado devo saber para poder votar esse parecer.

O SR. NELSON GARCIA - Isto é competência do Governo. É um artigo que regulamenta a matéria, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Apenas para recolocar as coisas nos seus devidos lugares. Nós estamos votando aqui, Sr. Presidente: uma de nossa autoria que promove duas alterações no projeto, na mensagem do Governo: uma delas é que eu não sei se o douto Plenário sabe, a mensagem governamental fala em COPAGÁS e como já existe uma empresa com este nome no país a legislação federal não permite duas empresas com o mesmo nome.

A segunda alteração: nós estamos suprimindo a vigência, a validade da constituição dessa empresa por trinta anos como consta do projeto original, porque não se cria BANESTADO, não se cria COPEL, não se cria SANEPAR, não se cria empresa pública com prazo determinado de duração, porque enquanto durar o Estado, enquanto o Estado tiver o controle acionário daquela empresa ela vai ter evidentemente a sua existência. Essa é a nossa emenda.

Por outro lado, S.Exa., o Deputado Colombino Grassano, apresenta uma emenda extremamente longa que eu poderia até quali-

ficá-la como uma emenda substitutiva, altera uma série de artigos. E tendo em vista a origem, a iniciativa do Chefe do Poder Executivo à matéria, agiu corretamente o eminente Relator Nelson Garcia, quando acolhe a nossa nos aspectos de jurisdição, de constitucionalidade, e quando recusa, quando emite opinião contrária à emenda do nobre Deputado Colombino Grassano. O que não dá - evidentemente, já que uma conflita com o texto e a outra não -, é para acolher as duas, Sr. Presidente.

Espero que com essas colocações eu tenha dado ao douto Plenário as informações indispensáveis para que o Plenário possa julgar serena e equilibradamente essa questão agora neste momento.

Portanto, nós votamos com o parecer do Deputado Nelson Garcia que acolhe a nossa emenda e que rejeita a emenda do eminente Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós não estamos no 1º ano primário nesta Casa. Apenas gostaríamos que o Deputado Nelson Garcia, a quem V.Exa. delegou poderes para relatar a minha emenda e a emenda do Governo, fizesse, desse seu parecer com clareza e com responsabilidade. A matéria é de tamanha importância e está sendo debatida há uma semana nesta Casa e os debates têm sido dos mais interessantes, e que estão chamando a atenção de todos os Srs. Parlamentares. Não aceito de forma alguma como Parlamentar, e não aceitam os que pensam em defesa da constituição, que Sua Excelência apenas diga que é inconstitucional a nossa emenda, quando aprova a emenda do Governo dando-lhe constitucionalidade.

Em segundo lugar, Senhor Presidente o Deputado José Tavares altera uma Mensagem do Governador, teve tanto tempo a COPEL e os órgãos estaduais para procederem a confecção desta Mensagem, estabelecendo até prazo. Houve equívoco, ainda há pouco o Deputado Swarowski se equivocava, ele não sabia dizer se a constituição federal determinava que era através da lei, e daí a concessão desse serviço público, quando o Senhor Álvaro Dias, Governador então, baixava um decreto conflitando inteiramente com constituição federal.

De modo, Senhor Presidente que eu achava conveniente que houvesse respeito aos demais Deputados, que o Senhor Deputado Nelson Garcia desse um parecer mais consistente para que os Senhores Deputados sentissem se a minha emenda é realmente inconstitucional, e quais os artigos da Constituição Federal, da Constituição Estadual que são atingidos pela minha emenda, que é uma emenda supressiva e que dá realmente o caráter definitivo, porque nos termos da Constituição a minha emenda vai

fazer com que realmente essa matéria transite na Assembléia Legislativa como lei ordinária e não como lei complementar.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Eu só quero também, se Vossa Excelência permite, regimentalmente, contrariar as colocações aqui do Eminente Deputado Colombino Grassano. Sua Excelência é um Deputado de larga experiência, já passou por esta Casa inúmeras outras oportunidades e não desconhece que é uma praxe parlamentar, dependendo do desejo do Plenário, e foi esse o desejo desse Plenário, transformar um Plenário em Comissão Geral quando douto Plenário assim entenda que deva fazê-lo, é diante da urgência, da importância da matéria. Todos nós sabemos que nós temos apenas cinco ou seis Sessões normais, ordinárias até o dia 30 de junho, e é uma matéria de interesse do Governo, e consequentemente, da sociedade; e nós temos o interesse, o desejo, democraticamente, de aprovar esta matéria antes do início do recesso, até porque depois do recesso todos nós, evidentemente aqueles que não estarão disputando a reeleição, ou outro cargo eletivo, mas a maioria esmagadora dos componentes deste Poder estarão envolvidos numa eleição, então nós temos que ter tudo isso em mente, e o que houve aqui é uma prática, quando se transforma o Plenário em Comissão Geral, S.Exa. sabe muito bem disso, que a Mesa deve, nos termos do Regimento designar um relator de Plenário. Quantas e quantas vezes nós assistimos isso aqui e no Congresso Nacional, não tem nada de mais.

Agora, o que evidentemente poderia se questionar é que numa emenda como a de V.Exa. que é uma emenda extensa, o douto Plenário não teve tempo de analisá-la, eu concordo. Só que sua emenda altera fundamentalmente o objeto da mensagem do Governo, a nossa emenda não, eu já disse e vou repetir, eu apenas altero a abreviatura, a sigla da Companhia Paranaense de Gás que não pode ser COPAGÁS, como está na Mensagem, porque já existe uma empresa semelhante, similar no País com essa mesma sigla, e a segunda alteração é suprimindo a questão dos trinta anos de vigência, de existência desta empresa que nós estamos aqui discutindo a oportunidade da sua criação.

Agora, a emenda de V.Exa. altera uma série de artigos que fundamentalmente altera o objeto da mensagem, daí ter acertado o Deputado Nelson Garcia em não ter aceitado a sua emenda por ser ela injurídica. A nossa não fere, em nenhum momento o texto, o objeto, o corpo da Mensagem Governamental.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Queria infor-

mar ao Deputado José Tavares que o Regimento Interno me permite que eu volte a falar sobre essa matéria. O Senhor Deputado Nelson Garcia, como os demais Senhores Deputados, não tiveram tempo suficiente para analisar a minha emenda, ou o Senhor Deputado José Tavares quer que eu apresente duas linhas como emenda para que todos tomem conhecimento.

O meu dever, como parlamentar, é apresentar uma emenda através de um estudo, de elementos, respeitando a Constituição, uma emenda que possa melhorar essa Mensagem Governamental, para que não seja amanhã, Senhor Presidente, - a pressa que é inimiga da perfeição, essa lei contestada e injurídica. Mas o Senhor Deputado Nelson Garcia que é parlamentar há três anos e meio nesta Casa tem o dever, como relator dessa matéria de citar os artigos que estão sendo contrariados das Constituições Federal e Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Quero participar aos nobres Deputados que nós estamos apresentando discussão da primeira emenda. Está em discussão a Emenda nº 01 de Plenário, apresentada pelo Deputado José Tavares, devidamente apoiada, com parecer favorável do relator Nelson Garcia.

Está em discussão o parecer do nobre Deputado Nelson Garcia.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Não tem como analisar uma emenda separada da outra, no que diz respeito à qualidade e conteúdo do parecer do nobre relator. O nobre relator se limitou a ler as duas emendas e afirmou que uma era constitucional e a outra inconstitucional, não citou sequer um artigo da Constituição Federal ou Estadual, para nenhum dos dois, para afirmar que era constitucional ou inconstitucional.

Sinto dizer que esse Parecer é insuficiente para que qualquer um dos parlamentares possa votar corretamente, sem ser influenciado para saber se essa emenda é ou não apresentada por alguém da Oposição.

Eu não estou analisando o mérito das emendas, mas quero dizer que o parecer foi dado, como essa emenda foi apresentada por alguém que é de Oposição ao Governo, é inconstitucional. Foi isso que foi usado, se não foi isso que foi usado, que o relator cite todos os Artigos nos quais ele se baseou para dar o parecer, e ele não tem feito isso até agora, ele fez um julgamento de quem é Oposição e quem não é.

Nós queremos dizer que esse tipo de

matéria não pode ser votada de hoje para amanhã, no afogadilho. Ela tem que ter um debate mais amplo porque envolve questões sérias e que essas emendas, como foi votado em primeira discussão ontem, hoje já a segunda, poderiam ser reunidas a C.C.J. na manhã de hoje e ser profundamente discutidos na C.C.J.. Ontem votamos contrários aos requerimentos que fazia com que se transformasse a sessão plenária de hoje em Comissão Geral porque saberíamos que poderia existir parecer de qualidade inferior, com qualidade insuficiente para se poder julgar a sua constitucionalidade. Estamos dizendo que, com este tipo de parecer não dá para ser votada esta questão. É necessário qualidade nas análises jurídicas feitas por esta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Encerrada a discussão, passamos à votação do parecer favorável ao Relator, Deputado Nelson Garcia.

Deputados que aprovam o Parecer queiram levantar-se. Dezesesseis Senhores Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Consulto aos nobres Deputados...

O SR. ERNANI PUDELL - Quero registrar o voto da Bancada do PT como abstenção, porque entendemos que matéria desta relevância e desta importância, no mínimo caberia à Liderança do Governo, aos interessados, elaborar um parecer jurídico que pudesse pelo menos constar dos Anais desta Casa como algo que foi tratado com a responsabilidade que o tema merece.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Os Deputados contrários à aprovação do voto do relator, queiram levantar-se novamente.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, da mesma forma que aqui justificam o voto do PT, nós também do PDT não podemos concordar com um parecer tão vazio sem embasamento constitucional nenhum. É de se lamentar, porque essa atitude obviamente depõe contra a Casa. Ontem votamos favoravelmente ao projeto, não nos colocaremos contra o projeto, mas temos que lamentar que nesta oportunidade a Casa seja ferida e seus princípios, quando transformada em Comissão Geral, se vê parecer sem embasamento legal nenhum.

Por isso estaremos votando contra esse parecer e votando no conteúdo da segunda emenda e não no parecer dado nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Solicito aos Deputados que votam contra o parecer do nobre Deputado Nelson Garcia, queiram levantar-se. Quatro Senhores Depu-

tados votam contra o Parecer.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Esta Mesa defere e fará a verificação de votação, com chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Arthur Ritti) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - 30 Srs. Deputados responderam à chamada.

Vamos colocar novamente em votação o parecer do Deputado Nelson Garcia à emenda nº 01, em plenário. Os Srs. Deputados que aprovam o parecer do Deputado Nelson Garcia queiram levantar-se.

Dezessete Srs. Deputados votam pela aprovação. Automaticamente, está **aprovado**.

Em discussão a emenda nº 02. Está em discussão o parecer formulado pelo Deputado Nelson Garcia à emenda nº 02 de Plenário formulada pelo Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Novamente solicitaria ao Deputado Nelson Garcia, brilhante Deputado desta Casa...

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A palavra está assegurada ao Deputado Colombino Grassano por dez minutos.

O SR. JOSÉ TAVARES - Mas, peço a V.Exa., Sr. Presidente, ele está encaminhando, já está no processo de votação.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Peço ao Deputado Nelson Garcia os artigos da Constituição Federal e da Constituição Estadual...

O SR. JOSÉ TAVARES - Pela ordem.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - ... que são atributos, sob pena desta Assembléia Legislativa ser uma farsa estar sujeita à maior crítica por parte da população paranaense.

É uma vergonha que se proceda dessa forma na Assembléia Legislativa do Paraná, Sr. Presidente. Não podemos aceitar que um estudo de uma emenda fique sujeito à von-

tade do líder do governo que gostaria que a nossa emenda tivesse duas linhas para compreensão melhor do senhor Deputado Nelson Garcia. A imprensa deve registrar esse fato, esse fato grave, sério, na Assembleia Legislativa. Não estamos aqui para brincar com as leis, não estamos aqui para brincar com as coisas sérias, com o mandato que o povo nos outorgou. Nós todos temos que ter responsabilidade.

Não quero me envergonhar nesta Casa, nos meus 67 anos de idade. Não vim aqui para voltar para minha Casa e voltarei no dia 31 de janeiro, de cabeça baixa. Posso dizer a V.Exa., hoje será a minha última participação em qualquer discussão nesta Casa, se prevalecer o parecer técnico do Deputado Nelson Garcia. Será o meu protesto, será o meu silêncio até o dia 31 de janeiro do ano que vem, quando o meu mandato será encerrado, porque não pretendo renová-lo.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Quero fazer um apelo. Acho que o Deputado Colombino tem razão. Como essa é uma Casa eminentemente política e eu até como advogado e o próprio líder do governo há de compreender isso, eu penso que a falta de fundamentação para tornar inconstitucional a emenda do Deputado Colombino Grassano, ela nos dá o dever moral de aprovar o parecer, mas pela constitucionalidade da emenda do Deputado Colombino.

Posteriormente, temos duas emendas em votação. Uma emenda feita pela liderança do governo e uma emenda do Deputado Colombino Grassano. Nós, particularmente da Bancada do PT, vamos votar favoravelmente à emenda do governo, porque discordamos, no mérito, da emenda do Deputado Colombino, a quem respeitamos muito. Aachamos que o Deputado Colombino tem razão quando ele reclama a inexistência de uma lei complementar que regulamente a concessão, a política tarifária, uma série de questões relacionadas a essa matéria, e que aliás, acho que isso serve como um "puxão de orelhas" para o Poder Legislativo do Paraná como um todo. Deveríamos ter nos antecipado, criado as regras de funcionamento, de distribuição e da política energética no Paraná. Isso realmente o Deputado Colombino tem razão.

Somos favoráveis à aprovação do projeto com a emenda do governo, porque sabemos que a questão é, acima de tudo, vital, estratégica, fundamental para o Paraná a implantação de um sistema de gás canalizado. O Paraná já perde o bonde da história, por exemplo, da rota da Bolívia, na importação de gás. O Paraná perde o bonde da história com a construção de centenas, de milhares até, de quilômetros de um gasoduto que poderia percorrer o Paraná inteiro. Quer

dizer, já estamos sempre atrasados perdendo o bonde da história.

Aachamos, portanto, que essa matéria deve ser aprovada, a companhia deve ser constituída para que ela possa, rapidamente, procurar compensar o tempo perdido, lutar pela construção de um gasoduto, pelo menos de um ramal que venha da Bacia de Tubarão, dos Poços, colocar o Paraná na possibilidade de ofertar esse combustível, quer dizer, esse é o nosso posicionamento.

Mas não podemos deixar de dar razão, Deputado José Tavares, para a insurgência do Deputado Colombino Grassano, que pelo menos tivéssemos parecer fundamentado para dizer que a emenda do Deputado é inconstitucional.

Votamos a favor as duas emendas, ambas constitucionais e que o Plenário se manifeste no mérito, quanto à oportunidade ou à conveniência política de uma ou de outra emenda.

Eu, por exemplo, discordo de que a concessão do gás canalizado esteja aberto à licitação. Acho que não. Acho que a Constituição é clara. É monopólio do Estado. Se o Estado vai explorar diretamente através de uma empresa de sua propriedade dispensa licitação.

Então, no mérito temos algumas divergências, mas não posso aqui concordar que o parecer praticamente inexistente, infundado, coloque por terra o esforço e o trabalho do Deputado Colombino. Acho que ele tem razão.

Então faria este apelo para que este Plenário, de forma unânime, aprovasse, como voto favorável. Até faria um apelo ao relator: refaça o seu parecer, dê voto favorável às duas emendas e que a gente se manifeste no mérito quanto a elas.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não posso ficar calado neste momento de desrespeito até a um dos Deputados mais eficientes e assíduos desta Casa que é o Deputado Colombino Grassano. Por diversas vezes me manifestei, manifestei o repúdio pela maneira pela qual a Bancada do Governo trata a minoria desta Casa que é a Bancada da Oposição.

Acho que o Líder do Governo exacerbou nas suas funções ao orientar erroneamente o Deputado Nelson Garcia a exarar um parecer subjetivo e muito simples numa emenda louvável como a emenda do Deputado Colombino Grassano.

Quero ser solidário ao protesto do ilustre Deputado Colombino Grassano, porque a Bancada da maioria deveria respeitar o direito da minoria, que o Deputado Nelson Garcia no seu relatório explicasse os artigos da Constituição que estão sendo violados no Parecer ou na Emenda proposta

pelo Deputado Colombino Grassano. Que dissesse no seu Parecer, mas não que simplesmente numa linha ou verbalmente diz que a emenda do Colombino é inconstitucional. Um verdadeiro absurdo. Um desrespeito ao Deputado Colombino Grassano e à Bancada de Oposição nesta Casa.

Seria necessário que o Deputado Nelson Garcia exarasse o seu parecer até favorável ao Deputado Colombino Grassano e que a Casa decidisse o seu parecer. Se fosse inconstitucional, tudo bem, mas que fosse embasado dentro da própria Constituição.

Agora, lamento que o Líder do Governo, como advogado brilhante que é, e que foi tão elogiado pelo Colombino Grassano quando assumiu a Liderança do Governo, cometa um desrespeito sem tamanho para com o Deputado Colombino Grassano.

É lamentável que esta Casa ao final de mandato, praticamente, tenha que assistir uma cena deprimente de desrespeito aos Pares que não fazem parte da Bancada do Governo. Infelizmente nós temos que assistir a isto. Seria até mais respeitoso para com o Deputado Colombino Grassano que não fosse exarado esse Parecer hoje porque não está em regime de urgência. Que fosse estudado, que o Deputado Nelson Garcia realmente conhecesse a matéria, porque V.Exa., não conhece a matéria. Foi orientado pela Liderança do Governo para atropelar esse projeto e fazer com que o Governo faça valer aqui a sua vontade.

É lamentável. Muito lamentável.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Votamos ontem com o projeto. Temos consciência da necessidade para o Paraná, da urgência da implantação do sistema de gás, da companhia de gás do Paraná, mas não podemos deixar de registrar, também nos manifestando e nos somando àquilo que disse o Deputado Colombino e o que acaba de dizer o Deputado Mário Bezerra.

Tem que se lamentar, porque se a imprensa nacional, que denigre o Congresso Nacional, que tem falado sobre o Congresso Nacional por atos de alguns Deputados, com certeza não amenizaria críticas a uma postura como esta deste Parlamento do Paraná. É de se lamentar. É de se lamentar que as coisas aqui também aconteçam desta forma. E nós não podemos deixar de registrar, e lamentar mais ainda que um parecer tão vago, tão impreciso saia de um companheiro que conosco faz parte da esperança de uma política diferente no Estado do Paraná. Isso temos que deixar registrado, temos que lamentar, porque isso caracteriza, - queira a Deus que isso não seja verdade, o que vamos dizer, e espero que não seja, é a tentativa até de utilização de Deputados dentro desta Casa, e principalmente aque-

les que se somam a nós nesse momento de mudança que o Paraná quer que escreva na candidatura Jaime Lerner.

Temos que registrar e nos entristecer com isso. Dizer apenas: é uma vergonha.

E a nossa Bancada vai estar neste momento não ficando em cima do muro não, protestando contra parecer desta natureza num processo tão sério e decisivo para a história do Paraná. Mas nos absteremos de votar, tanto no parecer quanto em outro. Isto é lamentável, porque uma matéria da profundidade que foi a emenda do Deputado Colombino Grassano não pode ser jogada aos ventos, não pode ser jogada aos ares como se fez neste momento aqui nesta Casa, meu caro Deputado Alborghetti.

Acho que o mínimo que mereceria a emenda do Deputado Colombino Grassano nesta oportunidade era o respeito, era um parecer que mostrasse os preceitos constitucionais e legais que estavam sendo feridos, porque em momento algum a oposição tem impedido o Paraná de ter a sua companhia de gás; mas não pode concordar, em hipótese alguma, que atitudes que denigrem este Parlamento fiquem sem o registro daqueles que aqui não falam da forma como muitos pareceres se dão.

E fazemos isso em nome da nossa Bancada, em nome do PDT, lamentando profundamente, é uma vergonha, é uma vergonha para este Parlamento uma decisão dessa natureza. Mas estaremos votando, a nossa Bancada estará votando com o Projeto que cria a companhia de gás do Paraná.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, quero discordar dos colegas que estão extremamente envergonhados com o que está acontecendo aqui nesta casa. E queria inclusive que o Deputado Erondy Silvério compreendesse essas minhas colocações, porque na medida em que um Deputado, detentor de um mandato popular, seja ele um homem da história do Deputado Colombino Grassano, seja ele do Deputado Paulo Maia, ou do Deputado Mário Bezerra, ou do Deputado Ernani Pudell, seja o Deputado que for que chega e diz em forma de denúncia de que se envergonha do que está acontecendo aqui nesta Casa. Dá-se a impressão que estamos aqui a fazer algo que nos envergonha.

Primeiro, Senhor Presidente, não vejo vergonha nenhuma de estar aqui observando rigorosamente o Regimento desta Casa, que diz no artigo 107 o seguinte: "A Sessão Plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral por proposta conjunta de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembléia, sob a direção de seu Presidente, para deliberar, primeiro: matéria relevante; segundo: estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado".

Fizemos isso, rigorosamente cumprindo o Regimento. Encaminhamos este pleito à Mesa, que o submeteu ao Plenário, que soberanamente o aprovou. E com base nesta aprovação é que Vossa Excelência designou o Deputado Nelson Garcia para proferir Parecer de Plenário às emendas.

Agora, é claro, o Deputado Colombino Grassano com a sua história, com a sua dedicação, evidentemente que não se sente bem vendo a sua emenda indo para o arquivo através da rejeição, através da maioria.

Compreendo a posição de Vossa Excelência. Inclusive coloco desta maneira de forma muito respeitosa, mas o Parlamento é assim, Senhor Presidente, quando duas matérias são opostas e são colocadas em votação, o Parlamento, o Plenário pela maioria, democraticamente se expressa, se manifesta por uma das duas alternativas, não há como votarmos a favor das matérias opostas ao mesmo tempo, isso é humanamente impossível, isso contraria qualquer tipo de lei, a minha emenda ou a emenda do Governo, não ferem em nenhum momento, não mutilam em nenhum momento o Projeto.

A emenda feita pelo Deputado Colombino Grassano, que estudou a matéria exaustivamente, respeitamos profundamente a sua posição, sabemos, inclusive, que depois de que V.Exa. deixou a Comissão de Constituição e Justiça muita coisa foi aprovada ali, que não podia ser aprovada, sob os aspectos da constitucionalidade, jurisdição, técnica e legislativa, mas nós estamos diante de um fato real, o Plenário autorizou transformar esta Casa em Comissão Geral conforme dispõe o Artigo 107, e nós estamos cingindo rigorosamente a essa decisão.

Então, só votamos o parecer do Deputado Nelson Garcia com relação à minha Emenda, e o parecer de S.Exa. foi aprovado pela maioria. Agora, V.Exa. está colocando o parecer do nobre relator em relação à emenda do Deputado Colombino Grassano, o que é que nos cabe, com base no Regimento, de cabeça erguida, sem vergonha, não temos que ter vergonha disto, não estamos fazendo nenhum ato imoral, absurdo, pelo contrário, estamos democraticamente nos posicionando diante de uma emenda e de outra emenda; não há nada de imoral, me desculpem os nobres colegas.

Eu também, Deputado Colombino Grassano, tenho tido muita vergonha de muita coisa que vem ocorrendo nesse País, no Congresso Nacional, no Governo da República, sobretudo, tenho muita vergonha do que vem ocorrendo, e de nenhuma forma eu contribuí para isso, como V.Exa. também não contribuiu, mas querer dizer que o que aqui está se realizando neste momento, se fazendo, se constitui numa vergonha, que isso aqui diminui o Parlamento, isso para

minim, Sr. Presidente, é um grande equívoco, para não dizer que é um excesso de colocação por parte dos eminentes Deputados da Oposição, num momento de irreflexão, porque nada de imoral está se votando.

O que é que estamos votando aqui? Duas emendas. A quê? A uma mensagem do Governo. Que visa o quê? Criar uma companhia paranaense do gás para exploração do gás natural do nosso Estado, criar uma empresa estatal para poder explorar o gás canalizado no nosso Estado.

A respeito da mesma, duas emendas foram apresentadas, e a elas eu já me referi. Constituído em Comissão Geral o Plenário, com base no Regimento, V.Exa. designa o relator, o relator emite seu parecer oral. Sempre foi assim no Parlamento Nacional, eu nunca vi, nos meus oito anos de Congresso Nacional, nunca vi mesmo. Exa., parecer em regime de urgência no Congresso Nacional que não tivesse sido dado oralmente, no microfone, de aparte, do Plenário da Câmara dos Deputados, sempre foi assim, em nenhum momento se constitui imoralidade.

Já vi, Exa. muitos pareceres escritos, fundamentados que se constituem em verdadeiras vergonhas, ilicitudes, imoralidades, e a maior prova disso é o que aconteceu na Comissão de Orçamento, tudo aquilo foi aprovado em papel assinado, com várias assinaturas, e aprovado pelo Plenário do Congresso, isso era imoral.

Então, nem sempre o fato de um Deputado designado regimentalmente pela Mesa, nem sempre o fato desse Deputado emitir parecer oralmente, se constitui em imoralidade ou vergonha para essa Casa. Não temos do que nos envergonhar quando estamos aqui aprovando pelo bem do povo do Paraná a constituição de uma empresa estatal que vai explorar, em forma de monopólio o gás natural do nosso Estado.

Portanto, Exas., vamos votar o Parecer do eminente Deputado de cabeça erguida e sem nenhum tipo de receio, de vergonha, porque não temos o que nos envergonhar, porque o que estamos fazendo é o que manda a lei, é o que manda o Regimento e é o que manda as nossas consciências.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Creio que o Líder do Governo nesta oportunidade, está querendo colocar na nossa boca aquilo que não falamos e nem contrariamos. O que não podemos, nesta Casa, é escamotear a verdade, porque em momento algum questionamos o Regimento Interno, em momento algum questionamos qualquer ferimento aos princípios legais do Regimento Interno. Estamos aqui nós posicionando contrário, e continuamos afirmando: é uma vergonha isto, isto envergonha o

Parlamento sim, quando se derruba o trabalho de um companheiro desta Casa, dizendo de inconstitucionalidade, e não se prova que aconteceu essa inconstitucionalidade.

Acho que isso é verdade, agora, escamotear a verdade, tentando jogar em cima das nossas posições que nós estamos contrariando o Regimento Interno é faltar com a verdade dos fatos, porque a Oposição em momento algum questionou a atitude de V.Exa., quando aprovamos aqui a transformação em Comissão Geral, em momento algum contrariamos qualquer iniciativa do Parlamento quando atende o Regimento, em momento algum nos posicionamos contrários às decisões que foram tomadas de forma a ter o apoio do Plenário.

Mas não podemos engolir e nem podemos aceitar que um Líder do Governo tente colocar em nossa boca aquilo que não dissemos, não estamos contrariando lei, estamos sendo contrários, sim, a esta forma de postura de um parecer que não dá embasamento legal nenhum. Estamos favoráveis ao projeto desde o início, mas não podemos faltar com a verdade de dizer o que está acontecendo aqui, isto é uma vergonha, e nós temos que colocar esta verdade, nos provém através de lei, através de amparo legal os referidos pareceres. Isto não está sendo feito, Deputado José Tavares.

Agora, V.Exa. colocar na nossa boca de que estamos contrariando o Regimento Interno é faltar com a verdade, é tentar escamotear a verdade, é tentar dizer que a Oposição está tentando inviabilizar alguma coisa a nível de Paraná, e isso não é verdade, e com isso não concordamos, concordamos com o Projeto, sim, as alterações quando V.Exa. diz da mudança de nome da COPAGÁS para Companhia de Gás, achamos que deve ser feito, mas não podemos concordar com o parecer de forma como foi feito nesta Casa, e é isto que não estamos concordando, e jamais contestamos a decisão do Plenário a nível de Regimento Interno, isso é um absurdo, e tem que ficar registrado para que se mostre que nesta Casa nem todos dizem amém a todas as decisões que acontecem aqui dentro, e estamos aqui, e estaremos sempre, para aprovar o nosso trabalho dentro da Casa e contestar quando as coisas aqui não acontecerem conforme achamos que a lei estabelece.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero fazer um apelo a V.Exa. para que V.Exa., que vem se conduzindo de uma maneira elogiável quando preside a sessão, para que faça observar o Regimento Interno da Casa, porque o que está se observando hoje aqui, é um Deputado pedir a palavra pela ordem e fazer um discurso de meia hora, quando V.Exa. sabe

que o Regimento Interno veda determinante manifestações dessa natureza. A palavra para questão de ordem é quando algum dos Artigos do Regimento, como V.Exa. bem o sabe, está sendo descumprido, ou pela Mesa, ou pelo próprio Plenário, o que não é o caso, está havendo uma discussão paralela aqui, com ofensas de ambos os lados, quando sabemos que a votação da matéria é importantíssima para o Paraná e que respeitamos, por isso votamos o relator, o relator pode ser um Deputado que não tenha muito conhecimento de Constituição, pode não ser um jurisconsulto, um jurista, mas ele deu o parecer dentro da dimensão do seu entendimento, e não merece por isso estar aqui sendo chamado que isso é uma vergonha, vergonha é muita coisa que acontece neste País, inclusive no governo do Rio de Janeiro que está sendo dirigido pelo partido do Deputado Paulo Maia, que fala muito em vergonha, em moralidade e não vê o que o PDT está fazendo no Rio de Janeiro. O que é uma vergonha é o governo do Senhor Leonel Brizola. Este transformou o Rio de Janeiro numa favela. O homem fala em moralidade aqui e não olha seu próprio partido.

O SR. PAULO MAIA - O PDT tem vergonha na cara.

O SR. ROSINHA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Líder o Governo na hora em que foi defender o parecer, defendeu o art. 107 do Regimento Interno, artigo este que não está em discussão agora, não foi este o debate. O debate que estava se dando era a qualidade do parecer dado pelo Deputado Nelson Garcia.

Bem lembrou o Deputado Erondy Silvério que nem todos nós, Deputados, temos condições de dar um parecer imediatamente. Se não temos esta condição, reconhecemos e negamos dar o parecer. Não aceitamos ser o relator, uma vez que podemos estar insuficientemente preparado. Agora, dar um parecer no qual ele é vazio, não apresenta nenhuma das razões para declarar inconstitucionalidade, isto realmente é vergonhoso, como disseram os Deputados Colombino e Paulo Maia.

É vergonhoso votar-se um parecer que diz única e exclusivamente - é inconstitucional e ponto final! Este projeto, pela importância que tem, e já foi levantado pelo Deputado Colombino Grassano inclusive a maneira pela qual estava sendo encaminhado, e não foi levado isto em consideração pela bancada governista, temos que debater profundamente para não sermos questionados na Justiça, porque é um projeto de suma importância e que se tem pressa em

votar aqui e depois não poder ser colocado em prática por ser questionado. Este parecer só vem contribuir para isto, porque é insuficiente, vazio, que não mostra razão para dizer que é inconstitucional. Este tipo de parecer, se aprovado por esta Casa de Lei, é vergonha para este Parlamento, é vergonha para todos nós Deputados.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Lamento profundamente quando se questiona o parecer do Deputado Nelson Garcia. O Deputado Nelson Garcia é conhecido por esta Casa. Um Deputado atuante, responsável, acima de tudo. E não vejo razão de tanta polêmica que se cria quando se julga a inconstitucionalidade de uma emenda do Deputado Colombino Grassano, quando o Plenário é soberano através do seu voto.

E solicito a V.Exa. uma vez que os Deputados da Oposição colocam que o parecer do Deputado Nelson Garcia não é constitucional, nada melhor para ser julgado através da votação dos Senhores Deputados que compõem esta Casa. Tudo o que se cria no Paraná tem que ser orgulho para os Deputados que representam o Estado. Se o Governo assim deseja criar esta estatal para jogar o gás no mercado a um preço mais acessível, temos que apoiar a decisão do Governo, porque esta decisão vem em benefício do povo do Paraná.

Solicito a V.Exa., que a polêmica já extrapolou até o respeito entre os companheiros, que coloque em votação e, acima de tudo, respeitando a figura do Deputado Nelson Garcia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação o parecer do Deputado Nelson Garcia.

Solicito aos Deputados para retornarem aos seus lugares para que possamos proceder à votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o parecer do Deputado Nelson Garcia, queiram levantar-se.

Dezessete Senhores Deputados aprovam o parecer contrário do Deputado Nelson Garcia.

Os Deputados que são contra o parecer do Deputado Nelson Garcia, queiram levantar-se.

Três votaram contra o parecer do Deputado Nelson Garcia.

O SR. PAULO MAIA - A Bancada do PDT se abstém de votar.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, requeiro verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Será feita a verificação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa solicita do Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É feita a chamada dos Deputados).

Vinte e nove (29) Senhores Deputados responderam à chamada.

Está em votação o parecer do Deputado Nelson Garcia à Emenda nº 02.

Os Senhores Deputados que aprovam o parecer do Deputado Nelson Garcia, queiram levantar-se.

Dezoito Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que recusam o parecer do Deputado Nelson Garcia, queiram levantar-se.

Vamos consultar os demais Parlamentares que se abstém de votar, para efeito de quórum na Sessão.

O SR. PAULO MAIA - A Bancada do PDT se abstém de votar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - São quatro Senhores Parlamentares. O Deputado Alborghetti também.

Está aprovado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Dezoito aprovaram e quantos rejeitaram, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Rejeitaram três Senhores Deputados. Sete deixaram de votar, se abstiveram, inclusive o Presidente. Está aprovado o Parecer do Deputado Nelson Garcia.

Está em votação o Projeto de Lei 114/94, ressalvadas as emendas. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Em votação a emenda nº 1 do Deputado José Tavares, com Parecer favorável. Aprovado.

Em votação a emenda nº 2, com parecer contrário do Deputado Nelson Garcia, de autoria do Deputado Colombino Grassano. Aprovada.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Peço a V.Exa. que eu estava aqui dando atenção ao Líder, Deputado...

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Solicito aos Senhores Deputados que tomem seus assentos para podermos fazer a verificação de votação.

Deputados que aprovam a emenda do Deputado Colombino Grassano, queiram levantar-se. Cinco Senhores Deputados aprovam. Senhores Deputados que rejeitam a

emenda do Deputado Colombino Grassano queiram levantar-se. Vinte e um Senhores Deputados são contrários à aprovação da emenda do Deputado Colombino Grassano.

Está, então, rejeitada a emenda do Deputado Colombino Grassano.

ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a São Carlos Associação de Amparo ao Idoso, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 54, de 09.05.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 157/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Renato Adur, o Projeto de Lei nº 157/94 que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "São Carlos Associação de Amparo ao Idoso", com sede e foro nesta Capital.

Da análise do projeto em tela, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os requisitos legais contidos na Lei nº 6994/78 e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Centenário do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 56, de 11.05.94).

PROJETO DE LEI Nº 165/94
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

A proposição em exame declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Centenário do Sul - Pr.

Sob exame desta Comissão quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação neste Poder, pelo que emitimos parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/94, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da

Graciosa de Cima - Graciosa de Baixo e do Portinho, localizada no Município de Antonina. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 63, de 23.05.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 180/94

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em epígrafe, pela documentação acostada ao processo, verifica-se adequar-se a entidade às exigências determinadas por lei.

Com efeito, se constata que a Associação não tem fins lucrativos e funciona como entidade filantrópica, dando assistência aos moradores daquela região.

Isto posto, não encontramos qualquer óbice à sua tramitação regimental até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Jaguapitã. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 193/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguapitã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguapitã realiza um trabalho assistencial, sem fins lucrativos voltado a integração e desenvolvimento do Excepcional. Com orientação adequada, a Entidade promove meios para que o deficiente possa integrar-se socialmente, assim como despertar o interesse da comunidade para este problema no sentido da cooperação pública.

A Entidade está com sua situação jurídica em regularidade, conforme documentação integralizada.

A lei de Utilidade Municipal é de nº 04/93.

A lei de Utilidade Estadual ora requerida irá beneficiar de forma acentuada a Entidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 193/94

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na Cidade de Jaguapitã, atende às exigências contidas na Lei Estadual nº 6.994/78.

Considerando ter a entidade apresentado os documentos exigidos por lei, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Do ponto de vista regimental e constitucional, o mencionado projeto de lei nada tem que obste sua normal tramitação e posterior aprovação por parte deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Instituição ADETEC - Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 69, de 01.06.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 199/94

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 199/94 do Deputado Orlando Pessuti que declara de Utilidade Pública Estadual a Instituição ADETEC de Londrina.

Chamada essa Comissão a opinar, somos de parecer favorável ao normal prosseguimento.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/94, de autoria do Deputado Neivo Beiraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Guaraqueçaba. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 71, de 07.06.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 203/94

P A R E C E R:

O plano de lei, em espécie, pretende seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Guaraqueçaba - Paraná.

Os documentos acostados comprovam que a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Guaraqueçaba, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros de sua diretoria não são remunerados. Cumpre a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1º, incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, Salvo Melhor Juízo.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1520, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio dos Senhores Deputados Carlos Simões, Geraldo Cartário, Djalma de Almeida César e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Com o voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Com voto contrário do Deputado Colombino Grassano.

Requerimentos nºs 1521 a 1525, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1526, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1527, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, com apoio do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1528, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Peço a Vossa Excelência, com todo respeito, que leia um pouco mais devagar para que a gente possa acompanhar e não precise intervir várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Vossa Excelência será atendido. Solicito ao

nosso 1º Secretário a leitura do requerimento formulado pelo Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell no seu inteiro teor.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Arthur Ritti) - (Lê o Requerimento).

O SR. JOSÉ TAVARES - Estou satisfeito, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - A Presidência determinou que fizesse a leitura do inteiro teor. O Senhor 1º Secretário vai cumprir com a missão.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - De minha parte Excelência eu dispenso.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - A Presidência não dispensa.

O SR. JOSÉ TAVARES - Está certo, a Presidência é soberana e faz o que acha que deve fazer, e nós vamos obedecer Senhor Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Arthur Ritti) - (Lê o Requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Requerimento nº 1532, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1535, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Quero fazer um apelo a Vossa Excelência.

Vossa Excelência está levando a questão para um lado que não é o lado que dignifica esta Casa. Peço apenas a Vossa Excelência que tenha a gentileza de ler com mais calma, pelo menos a súmula da matéria para que aí sim nós saibamos o que estamos votando. Acho grave Senhor Presidente passarmos batidos aqui porque Vossa Excelência lê muito rápido, apenas isso, então a súmula, não tem necessidade de ler todo o Requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Arthur Ritti) - Lê súmula do requerimento do Deputado Ovídio Constantino.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Em discussão o requerimento formulado pelo Deputado Ovídio Constantino. Em votação. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a Bancada do Governo quer registrar o seu voto contrário a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrado o voto contrário da Bancada do Governo.

Requerimento nº 1534, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1536, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1531, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária, para logo mais às dezesseis horas e trinta minutos com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/94.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 16, às nove horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 157, 165, 180, 193, 199 e 203/94.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 190, 191 e 192/94.

Levanta-se a sessão.